

# Diário Oficial

ANO XCVI - 97o. DA REPÚBLICA - N. 26.026

BELÉM - TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1987



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNADOR DO ESTADO

**HÉLIO MOTA GUEIROS**

VICE-GOVERNADOR

**HERMÍNIO CALVINHO FILHO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Mariuadir Santos

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

Ossiam Corrêa de Almeida

**CASA MILITAR**

Major PM Flaviano Gomes Melo

**CASA CIVIL**

Constantino Tork Brahuna, em Exercício

## SECRETARIADO

### ADMINISTRAÇÃO

Maria de Nazaré de Kós Miranda Marques

### JUSTIÇA

Itair Sá da Silva

### FAZENDA

Frederico Aníbal da Costa Monteiro

### VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Paulo Elcídio Chaves Nogueira

### SAÚDE PÚBLICA

Nilo Alves de Almeida

### EDUCAÇÃO

Therezinha Moraes Gueiros

### AGRICULTURA

Cláudio Furman

### SEGURANÇA PÚBLICA

Cel. PM Antônio Carlos da Silva Gomes

### PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Amílcar Alves Tupiassu

### CULTURA, DESPORTOS E TURISMO

Guilherme Maurício de Souza Marcos de La Penha

### INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Nelson de Figueiredo Ribeiro

### TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Romero Ximenes Ponte

### PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Filho

### CONSULTOR GERAL DO ESTADO

Daniel Queima Coelho de Souza

## NESTA EDIÇÃO

DECRETO N. 4912

DECRETOS

Do Governo do Estado

PORTARIAS E RESUMO DE PORTARIAS

Das Secretarias de Estado de Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMADA DE EMPREGADO

Da Imprensa Oficial

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CON-  
VÊNIO

Da SEPLAN

PORTARIAS E FEITOS

Do Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO E EDITAIS

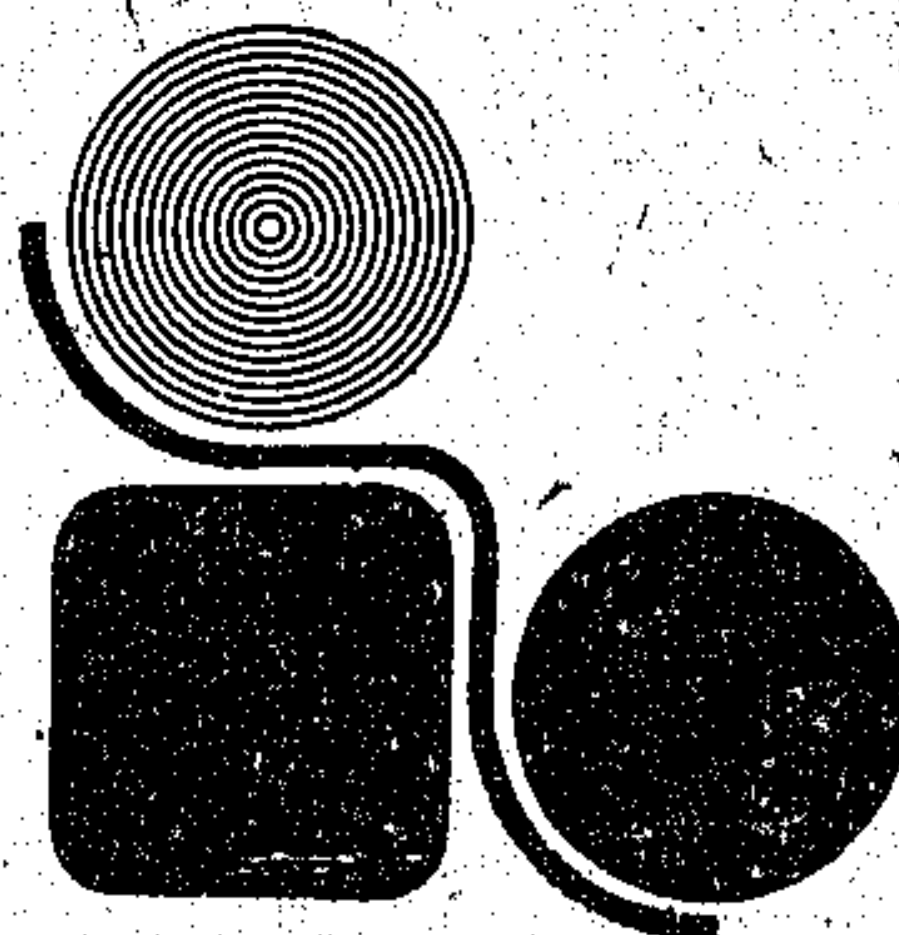
Do Conselho de Contas dos Municípios

RESENHAS

Da Justiça Estadual

1 CADERNO

16 Páginas



# IMPRENSA OFICIAL



## SECRETARIAS

## ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N. 768 DE 25 DE JUNHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. S/N., de 01.06.87 - Porto Alegre - RS.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao I CONGRESSO DE PSQUIATRIA DA REGIÃO SUL, a realizar-se no Centro de Convenções do Hotel Serano, em Gramado-RS, no período de 06 a 09 de agosto do corrente ano.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 25 de junho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 785 DE 25 DE JUNHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. S/N., de 10.06.87 - Recife - Pernambuco.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto aos funcionários que comparecerem ao II SEMINÁRIO INTERESTADUAL DE ALFABETIZAÇÃO, a realizar-se no Instituto Pernambuco de Atividades Pedagógicas, em Recife-PE, no período de 12 a 18 de julho de 1987.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 25 de junho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 787 DE 25 DE JUNHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. n. 063/87-CBPA - 19.05.87 - Belo Horizonte-MG

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao VII CONGRESSO BRASILEIRO DE REPRODUÇÃO ANIMAL, a realizar-se no Minascentro-BH, no período de 20 a 24 de julho do corrente ano.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 25 de junho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 801 DE 01 DE JULHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. S/N., de 15.06.87 - São Paulo-SP.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao 4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA, a realizar-se no Parque Anhembi - São Paulo, no período de 30.07.87 a 01.08.87, do corrente ano.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 01 de julho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 802 DE 29 DE JUNHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. S/N., de 10.06.87 - Campinas.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao V CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, a realizar-se em Olinda, Pernambuco, no período de 02 a 05 de setembro de 1987.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 29 de junho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 803 DE 01 DE JULHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. S/N., de 10.06.87 - Recife-PE.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem a VII REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE OTOLOGIA, a realizar-se em Olinda-Recife, no período de 06 a 10 de outubro de 1987.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 01 de julho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 804 DE 01 DE JULHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado em caso de afastamento.

Considerando os termos do Of. S/N., de 05.06.87 - São Paulo.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao 1º CONGRESSO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO-SBAN, a realizar-se em São Paulo, no anfitrião de Convenções e Congressos da Universidade de São Paulo, no período de 27 a 30 de outubro do corrente ano.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 01 de julho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

PORTARIA N. 805 DE 01 DE JULHO DE 1987

A Secretária de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 2º, do Decreto n. 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa aos funcionários do Estado, em caso de afastamento.

## RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDIATRIA, III CONGRESSO PAULISTA DE PEDIATRIA, II CONGRESSO DA SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE LÍNGUA PORTUGUESA, a realizar-se no Palácio das Convenções do Parque Anhembi - São Paulo, no período de 26.09.87 a 01.10.87 do corrente ano.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado a Secretária de Estado de Administração, para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Secretaria de Estado de Administração, 01 de julho de 1987

MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA MARQUES

Secretária de Estado de Administração

(G. Reg. n. 18.841)

## IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

## EDITAL DE CHAMADA DE EMPREGADO

Convidamos a servidora MARLY MADALENA BATISTA MOREIRA - Operadora de Fotocomposição desta Repartição, a reassumir o seu lugar do qual se encontra ausente sem motivo justificado sob pena de não o fazendo no prazo de 3 (três) dias a contar desta data, ser dispensada na forma do artigo 482 da C.L.T.

Belém, 20 de julho de 1987.

a) PEDRO DE OLIVEIRA PINHO

Diretor Presidente da IOE

(G. Reg. n. 18.862 - Dias: 21, 22 e 23/07/87)

## FAZENDA

## RESUMO DE PORTARIA DO GAB/SECRETÁRIO DA FAZENDA

Port. n.º500/87-Dispensar da função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual no Gurupi-2ª Região Fiscal, símbolo FG-4, NATONIO SOUZA DE MENDONÇA, Agente Tributário GEP-TAF-503.2.

Port. n.º501/87-Dispensar da função de Chefe do Posto do Matadouro Modelo de Castanhal-2ª Região Fiscal símbolo FG-3, CLAUDIO NAPOLEÃO SIQUEIRA, Agente Auxiliar de Fiscalização GEP-TAF-502.1.

Port. n.º502/87-Designar, CLAUDIO NAPOLEÃO SIQUEIRA, Agente Auxiliar de Fiscalização GEP-TAF-502.1, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual no Gurupi-2ª Região Fiscal, símbolo FG-4.

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

EXT.n.º10325 reg.n.º24670 dia 21.07.87

## VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

PORTARIA N.º107 DE 16 DE JULHO DE 1987

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS, LEVANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

QUE SÃO CONFERIDAS E POR NOVAÇÃO LEGAL.

RESOLVE: CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao

exercício de 1987, no período de 16.07 a 15.08.87, a servidora ILIA MARIA BENTO DE LIMA, Assessora desta Secretaria.

FÉ-SE CIÊNCIA, CUMPA-SE E PUBLIQUE-SE. ARG. PAULO ELÍCIO CHAVES NOGUEIRA -

Secretário de Estado da Viacão e Obras Públicas.

EXT.n.º10327 reg.n.º24677 dia 21.07.87

## CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA N.º 005/87-CGE DE 30 DE MARÇO DE 1987

O Ordenador de Despesa da Consultoria Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Suprimento de Fundo à Sra. IRACY DIAS BASTOS, na importância de Cz\$-1.000,00 (um mil cruzados), para atender despesa com a Consultoria Geral do Estado, originando a seguinte classificação:

1103.03070212.018 - Coordenação o Funcionamento da Consultoria Geral do Estado.

3132.0000 - Outros Serviços e Encargos - Valor Cz\$-1.000,00.

Art. 2º - O presente Suprimento de Fundo terá validade de 60 (sessenta) dias, sendo 30 (trinta) dias para aplicação e o restante para prestar contas.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Consultoria Geral do Estado, 30 de março de 1987.

DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA

Consultor Geral do Estado

(G. Reg. n.º 18.863)

PORTARIA N.º 008/87 DE 1 DE JULHO DE 1987

O Consultor Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Suprimento de Fundo à IRACY DIAS BASTOS, na importância de Cz\$-1.500,00 (um mil e quinhentos cruzados), para atender despesa com a Consultoria Geral do Estado, originando a seguinte classificação:

1103.03070212.018 - Coordenação o Funcionamento da Consultoria Geral do Estado.

3132.0000 - Outros Serviços e Encargos - Valor Cz\$-1.500,00.

Art. 2º - O presente Suprimento de Fundo terá validade de 60 (sessenta) dias, sendo 30 (trinta) dias para aplicação e o restante para prestar contas.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Consultoria Geral do Estado, 1 de julho de 1987.

DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA

Consultor Geral do Estado

(G. Reg. n.º 18.863)

PORTARIA N.º 009 DE 07 DE JULHO DE 1987

O Consultor Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 1984 a 1985, no período de 7 de julho a 5 de agosto de 1987, a servidora RAIMUNDA DA SILVA VILAS BOAS, agente de portaria, lotada nesta Consultoria Geral do Estado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Consultoria Geral do Estado, em 07 de julho de 1987.

DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA

Consultor Geral do Estado

(G. Reg. n.º 18.863)

PORTARIA N.º 010 DE 13 DE JULHO DE 1987

O Consultor Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Designar o Dr. LUIS ROBERTO COELHO DE SOUSA MEIRA, Código

GEP-012.4, para, na ausência do titular, responder pelo expediente da Consultoria Geral do Estado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Consultoria Geral do Estado, em 13 de julho de 1987.

DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUSA

Consultor Geral do Estado

(G. Reg. n.º 18.863)

## ANÚNCIOS

M.V. AGROPECUÁRIA S/A - CGC/MF: 15.269.814/0001-01

Ato de "Assembleia Geral de Transformação": As oito horas do dia 29.06.87, na Sede Social à Tv. dos Índios S/N. Col. Jambú-Açu, Município de Igarapé-Açu, com a presença da totalidade dos sócios quotistas e de novos acionistas, sob a presidência de Marco Venício de Albuquerque Vinagre, secretariado por Maria da Conceição de Lima Vinagre, lida a ordem do dia e decidido por unanimidade: a) Converso das quotas da Sociedade, em Ações Ordinárias Nominativas; b) Admissão de novos acionistas; c) Eleição do Conselho de Administração até a "AGO" de 1990 que está assim constituída: Marco Venício de Albuquerque Vinagre - Presidente e membros Maria da Conceição de Lima Vinagre e Marco Venício de Albuquerque Vinagre, fixada a retirada mensal de um salário mínimo a cada membro, que reunidos no ato, elegeram o Sr. Marco Venício de Albuquerque Vinagre para Diretor-Presidente e a Sra. Maria do Socorro Lima Vinagre para Diretora Superintendente, até a "AGO" de 1990, fixados cinco salários mínimos mensais de honorários a cada Diretor. Lido e aprovado os estatutos sociais que reunidos, tem foro e domicílio fixado à Tv. dos Índios S/N. Col. Jambú-Açu - Município de Igarapé-Açu, podendo abrir filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do Brasil. O objetivo é a exploração de Fruticultura e Apicultura, e seu tempo de duração é indeterminado. O Capital Autorizado é de Cz\$ 8.000.000,00, dividido em 4.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas e 4.000.000 de Ações Preferenciais Nominativas, respectivamente do valor de Cz\$ 1,00 cada uma, sendo estas, integralizadas pelo FINAM, com os recursos previstos no Dec. Lei 1376/74 e 2304/86. A Assembleia Geral realizar-se-á nos quatro primeiros meses do ano. Ordinariamente e Extraordinariamente sempre que os interesses o exigirem. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração, sendo um Presidente e dois membros. A Sociedade será representada por uma Diretoria Executiva, composta de um Diretor-Presidente e um Diretor-Superintendente, que respondem em conjunto, comercialmente e em Juízo, a Sociedade. O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente. O exercício social inicia-se a 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Encontra-se a disposição de quem interessar, na sede social, os Estatutos Sociais, em seu inteiro teor. A Ata foi encerrada em 29.06.87, com o texto integral lavrado no livro próprio e arquivada na JUCEPA, sob o n. 15-3-0001524-3 do dia 10.07.87 a Socorro Soares-Secretária Geral.

T.n.º09422 reg.n.º 24673 dia 21.07.87

## COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE

(CGC (MF) Nº 04.953.915/0001 - 72)

Capital Autorizado:.....Cz\$ 1.862.723.913,12

Capital Subscrito e Integralizado:.....Cz\$ 1.084.008.100,89

## ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

## 1ª CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas da COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE, a se reunirem, em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, a realizarem-se cumulativamente, no dia 28 de julho de 1987, às 10:00 (dez) horas, na Sede Social, sita na Travessa Padre Prudêncio, nº 90, na cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de tratarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: A) Aprovação do Relatório da Administração, acompanhado do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/86, Demonstrações Financeiras correspondentes e parecer do Conselho Fiscal; B) Aprovação do Montante da Correção da Expressão Monetária do Capital Realizado, Capitalização da Reserva correspondente e Correção do Limite do Capital Autorizado; C) Eleição dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; D) Assuntos conexos e correlatos. 2) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: A) Conhecer e de liberar sobre proposta do Conselho de Administração, com parecer favorável do Conselho Fiscal, relativa a reforma do disposto no Parágrafo 2, do Artigo 10, dos Estatutos Sociais; B) Rerratificação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária acima referida; C) Outros assuntos de interesse Social. Belém(PA), 20 de julho de 1987. FERNANDO JOÃO PEREIRA DOS SANTOS - Vice-Presidente do Conselho de Administração.

T.n.º09427 reg.n.º 24679 dias 21,22e23/07/87

## AGRO INDUSTRIAL BAMA S/A

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, EXTRAORDINÁRIA DATA: 30.04.87. HORAS: 15.00 LOCAL: Belém-Pará. PRESENÇA: totalidade dos acionistas com direito a voto. PRESIDENTE: José Leonardi Meneguetti, SECRETÁRIO Paulo Meneguetti CONVOCAÇÃO: Publicação no Diário Oficial dias 18, 19 e 20 de março de 1987. DELIBERAÇÕES: A) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do exercício, findo em 31.12.86; B) Capitalização da Reserva, resultante da Correção Monetária do Capital Realizado, valor Cz\$ 2.311.716,85, Capitalizou Cz\$ 2.290.418,00, da Conta Reserva Especial do Capital remanescente saldo de Cz\$ 21.298,85, para futura capitalização; C) Aumento do Capital Social Autorizado de Cz\$ 9.280.711 para Cz\$ 17.573.832,00, acres de Cz\$ 1,00, assim divididas: 266.395 ações preferenciais classe "A", 802.959 ações preferenciais classe "B", 11.138.813 ações preferenciais "C" 5.365.675 ações ordinárias "D". Eleição dos Membros do Conselho de Administração, para triênio 1987 a 1989, José Leonardi Meneguetti, Paulo Meneguetti, João Batista Meneguetti, Nelson Bernardelli, Rosa Maria Marga Meneguetti, Julio Oswaldo Meneguetti - Pro labore da Administração Cz\$ 240.000,00 anual, e) Incluído no artigo 6º - Capítulo III, do capital e ações, o parágrafo 7º, com a seguinte redação: As ações subscritas pelo Finam que vierem a ser integralizadas com recursos previstos no caput e § 2º, do artigo 18 do D.L. n. 1376/74, serão intransferíveis até a data da emissão do certificado de implantação do projeto pela SUDAM, (Escritório de Representação, Avenida Cerro Azul, 1604 - Jardim Novo Horizonte - Maringá - Paraná. Esta ata foi arquivada na Junta Comercial do Pará JUCEPA em 09.07.87, sob o n. 001048.

(T. n.º 09423 - Reg. n.º 24.672 - Dia: 21/07/87)

HIDROSERVICE AMAZONIA S.A. - AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL: CGC - MF - N.º 05.435.990/0001-02 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os senhores acionistas da HIDROSERVICE AMAZONIA S.A. AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 24 de julho de 1987, às 10:00 horas, na sede social à Estrada da Vicinidade de Morgins, Km 40, Itupiranga-PA, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Aumento do capital Autorizado de Cz\$ 105.687.460,92 para Cz\$ 159.000.000,00; b) Apreciação da proposta formulada pelo Conselho de Administração, visando o agrupamento das ações a razão de 100 (cem) para 1 (uma) nos termos da Instrução CVM n.º 56, de 01.12.86 e deliberação sobre os procedimentos a serem adotados com vistas ao agrupamento; c) Adaptação do Estatuto Social às determinações do Decreto-Lei 2.304/86 que alterou a redação do artigo 19 do Decreto-Lei n.º 1.376/74, com relação à intransferibilidade de ações subscritas pelo FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZONIA - FINAM, até a aprovação do projeto; d) Alteração do Estatuto Social e outros assuntos de interesse da Sociedade. Itupiranga, 15 de julho de 1987. HENRY MAKSOUD - Presidente do Conselho de Administração.

T.n.º09408 reg.n.º 24647 dias 17,20e21/07/87

## BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A

CGC/MF: 04.737.144/0001-55

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A, convidados a comparecerem a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em sua sede social, a quadra 2, lote 2, setor 1, Distrito Industrial, Ananindeua (PA) no dia 31 de julho de 1987, às 10:00 (dez) horas, a fim de deliberarem sobre a matéria constante da seguinte ordem do dia:

- Aumento do capital autorizado;
- Alteração parcial do estatuto social;
- Demais assuntos de interesse social.

Ananindeua (PA), 17 de julho de 1987

SAUL CHUNY ZUGMANN - Presidente do Conselho de Administração

T.n.º09420 reg.n.º 24657 dias 20,21e22/07/87



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ  
(Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura)

CGC - NF Nº05402797/0001 - 77

BALANÇO PATRIMONIAL  
Período de 01.01.86 à 31.12.86

A T I V O			P A S S I V O		
	31.12.86	31.12.85		31.12.86	31.12.85
<b>CIRCULANTE</b>	<b>25.122.800,75</b>	<b>6.745.757,95</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>49.338.747,61</b>	<b>22.406.928,66</b>
Caixa	130.000,30	2.546,21	Fornecedores	6.173.427,20	2.444.914,53
Banco c/Movimento	7.921.902,65	2.904.592,77	Salários a Pagar	17.745,57	8.345,15
Valores em Trânsito	252.112,64	1.923.425,11	Outras Contas a Pagar	1.331.284,15	522.934,95
Estoques	1.063.827,49	241.987,11	Obrigações Sociais e Fiscais	26.496.391,03	13.447.447,61
Contas a Rec.Transf.Orçamentária	14.955.103,48	425.889,91	Rec. União Embrater a Aplicar	6.358.337,93	759.855,35
Contas a Receber Serviço Ater	94.633,16	111.418,14	Recursos do Estado a Aplicar	2.851.686,88	2.710.168,33
Contas a Receber Associadas	70.992,23	105,34	Rec. Municípios a Aplicar	10,00	10,00
Adiantamentos	608.370,38	636.431,46	Rec. Convênios Contratos Celebrados	1.145.375,66	130.941,42
Créditos Diversos	343.573,03	84.445,76	Provisão Trabalhista	4.964.489,19	3.381.411,32
Depósitos e Cauções	309.039,14	176.602,92			
Despesas Antecipadas	373.246,25	88.307,66			
Outras Disponibilidades	-	150.005,56			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.329,35</b>	<b>1.329,35</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.918.848,36</b>	<b>4.114.649,24</b>
Títulos e Valores Mobiliários	1.329,35	1.329,35	Capital Subscrito	10.000,00	10.000,00
			(-) Capital a Realizar	6.351,60	6.351,60
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>45.133.465,87</b>	<b>29.773.591,30</b>	Reserva Correção Capital Realizado	1.400.411,33	826.093,09
Máquinas Mot. e Aparelhos	4.672.704,79	2.245.383,26	Reserva Subvenção p/Aumento Capital	51.599.643,26	21.326.609,74
Tratores e Impl. Agrícolas	165.609,39	87.520,28	Reservas de Doações	5.263.709,82	3.110.177,68
Veículos	7.489.516,87	4.065.741,72	Reserva Correção Monet. Imob.	48.963,57	28.935,43
Aeronaves e Embarcações	1.278.006,51	755.249,21	Resultado do Exercício	( 108.424,43 )	6.930.853,40
Outros Equip. e Instalações	526.618,05	295.630,52	(-) Prejuízos a Amortizar	36.289.103,59	28.111.667,80
Biblioteca	92.056,62	54.415,18			
Máquinas de Escritório	1.961.454,57	1.026.235,65			
Móveis e Utensílios	1.546.626,62	617.704,11			
Edifícios	1.805.305,04	1.031.403,42			
Terrenos	2.979,55	1.760,79			
Confecção de Bio Digestor	19.676,79	11.627,57			
(-) PROVISÃO P/DEPRECIACÃO	10.244.827,72	4.863.123,12			
(-) PROVISÃO P/AMORTIZAÇÃO	6.722,34	2.809,73			
Construção Sede Própria	29.788.177,08	11.880.027,29			
Construção Escritórios Locais	6.036.284,05	3.566.825,15			
<b>TOTAL</b>	<b>71.257.595,97</b>	<b>27.520.678,60</b>	<b>TOTAL</b>	<b>71.257.595,97</b>	<b>27.520.678,60</b>

Belém, 31 de Dezembro de 1986

- O Balanço foi elaborado segundo os preceitos da Lei em Vigência (DEC. LEI nº 96404, 85.450/80 e 2284/86)
- Os valores em estoque das mercadorias adquiridas foram avaliadas pelo método de custo médio ponderado.
- Os resultados dos efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis, reconhecidos mediante o registro da Correção Monetária precedida nos grupos do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, baseado nas variações do valor nominal de uma OTN, foi computado no Exercício ocasionando uma receita no valor de Cz\$ 10.072.412,89 (DEZ MILHÕES SETECENTOS E DOIS MIL QUATROCENTOS E DOZE CRUZADOS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).
- A Depreciação foi calculada mediante adoção do método linear e taxas anuais fixadas com base no período da vida útil do bem conforme legislação vigente.
- Foi registrada uma receita no valor de Cz\$ 1.493,10 (UM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS CRUZADOS E DEZ CENTAVOS) referente conversão monetária de Cruzeiros para Cruzados, conforme estabelece o DECRETO LEI 2284/86 de 28.02.86.
- O valor existente em Beneficência em Bens de Terceiros sub grupo do Ativo Permanente, foi amortizado, aplicando-se a taxa anual de 10% as quotas de amortização foram consideradas no resultado do Exercício com despesas operacionais.
- Foi registrado na conta de compensação o valor de Cz\$ 18.627.933,62 (DEZOITO MILHÕES SEISCENTOS E VINTE E SETE MIL NOVECIENTOS E TRINTA E TRÊS CRUZADOS E SESENTA E DOIS CENTAVOS), assim distribuídos:
  - BENS E VALORES DA EMATER EM PODER DE TERCEIROS - Cz\$ 3.000,93
  - BENS EM COMODATO - Cz\$ 3.531.505,82
  - CONVÊNIOS OU CONTRATOS CELEBRADOS - Cz\$ 6.590.889,93
  - SEGUROS DE VEÍCULOS - Cz\$ 7.764.536,94
  - SEGURO DE BENS MÓVEIS - Cz\$ 738.000,00

ENQº AGRº. JOSÉ VANGLELIO DE AGUIAR  
CREA nº 1407 - D 9º Região  
Presidente.MARIA ROSÁLIA LOURENÇO PINTO  
CRC - 2545 - PA  
Contadora.ADAMIL PICANÇO DOS SANTOS  
Coord. Administração e Finanças

EXT. nº 10328 reg. nº 24678 dia 21.07.87

AGROPECUÁRIA DA SANTA CRUZ S/A  
CGC/MF-14056386/0001-68CAPITAL AUTORIZADO Cz\$ 47.000.000,00  
CAPITAL SUBSCRITO Cz\$ 100.000,00  
CAPITAL INTEGRALIZADO Cz\$ 10.000,00

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 10.02.87

Às 10:00 horas, na sede social, sito à Fazenda Santa Cruz, no Município de São Félix do Xingu - Gleba Altamira VI "Projeto Integrado Trairão" - Setor G, no Estado do Pará, reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão, dentro dos limites do Capital Autorizado, de 1.153.856 (hum milhão, cento e cinquenta e três mil e oitocentos e

cinquenta e seis) de ações preferenciais nominativas, a serem subscritas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, no valor nominal de Cz\$ 1,00 (hum cruzado) cada, totalizando Cz\$ 1.153.856,00 (hum milhão, cento e cinquenta e três mil e oitocentos e cinquenta e seis cruzados), relativo ao exercício de 1986, autorizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme OF. GS nº 0024/87 de 07.01.87. Foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das ações acima, conforme Boletim de Subscrição de 13.07.87, assinado pela Senhora Angela Maria Mamede Lage representante da Empresa, pelo Senhor Edson Luiz de Araujo Diretor Financeiro e Antonio José N. da Silva Chefe do Departamento de Incentivos Fiscais e Ações, representando o FINAM. Referida ata foi encerrada em 14.07.87, tendo o seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará. T. nº 09424 reg. nº 24676 dia 21.07/87

## RESUMO DOS ESTATUTOS DA FLORESTA ESPORTE CLUBE-FEC

Denominação: Floresta Esporte Clube - FEC  
Data de fundação: 08 de junho de 1985  
Sede Social: Novo Breu, Município de Tucuruí - Estado do Pará  
Fins: É uma associação civil, esportiva e recreativa, com personalidade jurídica distinta de seus associados, com número ilimitado de sócios, sem distinção de posição social, cor, sexo, credo religioso ou político.  
Tempo de duração: Indeterminado  
Finalidades do Clube: Divulgar e promover a prática dos desportos em geral, praticar o futebol de campo e dar recreação aos seus sócios; b) Colaborar com os órgãos oficiais e entidades congêneres, em tudo que possa favorecer o ensino e conhecimento das modalidades esportivas a que se dedica e do esporte em geral, oferecendo inclusive lazer aos seus sócios; c) Divulgar todos os trabalhos valiosos relativos com esportes, cujo futebol de campo constitui a sua principal finalidade; d) Manter estreito intercâmbio com as entidades congêneres em qualquer ponto do território nacional e do mundo; e) Promover demonstrações competições esportivas e outras a fim de concorrer para o al-

cance das finalidades a que se destina; f) Manter estreito relacionamento com as Entidades do Esporte, principalmente a que estiver filiada e com o Conselho Regional de Desportos; g) Tomar iniciativa de caráter social, esportiva, recreativa, cultural e cívico com a participação de seus sócios e familiares e da comunidade em geral; h) Participar sempre que solicitado de promoções filantrópicas, especialmente as de caráter esportivo; i) lutar pelo aprimoramento do esporte amadorista, pelo bem estar do esporte em geral, podendo inclusive disputar campeonato Local Municipal e Intermunicipal.  
Diretoria será composta: Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro.  
Prazo de mandato da diretoria: 2 (dois) anos, sendo que a primeira Diretoria, Presidência da Assembleia Geral e Conselho Fiscal terá o 1º mandato de 3 (três) anos.  
O Clube terá as seguintes categorias de sócios: Fundadores; Efetivos; Benemeritos; Atletas; Juvenis.  
O Patrimônio do Clube será constituído: Bens móveis e imóveis, subvenções dos Poderes Públicos ou particulares ou por doações já existentes e que venham ser adquiridos no futuro.  
Cores do Clube: Verde e Branco

Dissolução: Em caso de dissolução do Clube, será feita a liquidação de seus bens, que formam o patrimônio social, podendo o acervo ser doado, a uma instituição de Caridade local, ou dividido entre seus associados, conforme decisão tomada em Assembleia Geral, sendo que em caso de débito do clube com terceiro será pago o débito, para depois, haver a divisão do restante do patrimônio social.

FRANCISCO VILAR DE ARAUJO  
- Presidente -  
(G.R. nº 18865)

ERRATA: No Diário Oficial nº 25.976, edição do dia 11 de maio de 1987, pág. 4 do 1º caderno onde se lê: ESPORTE CLUBE DO REMO - RESUMO DOS ESTATUTOS Definição: Esporte Clube do Remo - Leia-se o correto: CLUBE DO REMO - RESUMO DOS ESTATUTOS. Definição: Clube do Remo.



## CIA. AGROPECUÁRIA SANTA MARIA DO CARANÁ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à deliberação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Notas Explicativas relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1.986. A Diretoria permanece ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Conceição do Araguaia (PA) 30 de abril de 1.987. José Cassiano Gomes dos Reis - Diretor Presidente.

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/86		PASSIVO	31/12/86	
	31/12/86	30/04/86		31/12/86	30/04/86
CIRCULANTE	10.894.583,95	2.978.255,80	CIRCULANTE	36.301.707,89	5.952.898,06
DISPONÍVEL	598.863,57	203.712,47	FONECEDORES	4.843.448,66	2.729.578,76
Caixa	8.787,92	2.389,06	De Materiais	4.722.961,23	2.533.743,96
Bancos e Movimento	190.075,65	201.328,41	De Serviços	120.487,43	195.834,80
Aplicações Financeiras	400.000,00	-	EMPRESTIMOS	18.843.483,62	2.864.210,00
REAL A CURTO PRAZO	7.918.614,48	2.774.538,33	Instituições Financeiras	19.843.483,62	2.864.210,00
Duplicatas a Receber	412.269,98	7.984,50	ENCARGOS E TRIB. A PAGAR	825.128,08	32.338,32
Títulos e Valores Mobili.	-	164.000,00	Obrigações Tributárias	29.441,97	31.863,09
Adiant. p/ Despesas	-	118.582,80	Obrigações Trabalhistas	895.684,11	50.475,30
Adiant. a Fornecedores	4.751.540,07	1.887.788,53	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.689.639,53	276.770,91
Impostos a Recuperar	154.098,89	150.517,29	Credores Diversos	10.310.670,90	-
Estoque	2.600.707,54	445.665,21	Salários e Honorários a Pagar	378.968,63	276.770,91
DESP. DO EXERC. SEGUINTE	2.377.105,90	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	105.199.517,27	76.107.713,44
Adiant. Cult.-Lav. da Cana	-	-	EMPRESTIMOS E FINANC.	105.199.517,27	76.107.713,44
ATIVO PERMANENTE	297.122.014,96	112.545.721,40	Instituições Financeiras	100.575.986,74	73.321.780,34
INVESTIMENTOS	32,66	29,09	De Acionistas	16.515.973,75	14.824.753,41
Participações Societárias	32,66	29,09	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.515.973,75	14.824.753,41
IMOBILIZADO	229.755.375,98	83.304.978,64	CAPITAL REALIZADO	36.070.729,52	1.800.713,27
IMOBILIZADO EM USO	205.411.253,47	21.873.761,22	Capital Autorizado	36.070.729,52	1.800.713,27
Imóveis e Benfeitorias	105.212.560,55	2.126.352,20	Capital a Subscriver	(38.929.270,49)	20.000.000,00
Instalações e Equipamentos	84.176.291,35	5.270.890,28	RESERVA DE CAPITAL	4.437.648,96	21.145.976,11
Veíc., Tratores e Embarcações	24.798.926,94	19.008.586,01	Correção Monet. Cap. Realizado	4.437.648,96	21.145.976,11
Depreciações (-)	(8.776.525,37)	(4.530.067,27)	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	129.882.077,28	-
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	24.344.122,51	61.431.217,42	Reavaliação dos Ativos Próprios	129.882.077,28	(2.840.144,46)
Créditos e Construções Civis	-	359.130,53	RESULTADOS ACUMULADOS	(4.137.092,03)	(2.840.144,46)
Obras de Infraestrutura	-	67.847,43	Resultado Exerc. Anteriores	(3.177.607,95)	(2.710.053,88)
Instalações e Equip. Destilaria	-	32.876.749,57	Resultado do Exercício	(959.484,07)	(959.484,07)
Adiant. p/ Investimentos	-	28.240.703,67	AJUSTE PLANO ECONÔMICO	262.010,02	232.830,64
Gastos Pré-Operacionais	24.344.122,51	10.764.426,67			
Gastos Projetos e Pesquisas	35.058.830,29	2.897.990,59			
Culturas em Formação	6.455.412,38	15.708.529,93			
Culturas Formadas	23.168.587,62	-			
Amortizações (-)	(570.743,65)	(130.183,52)			
TOTAL DO ATIVO	308.016.598,91	115.524.027,20	TOTAL DO PASSIVO	308.016.598,91	115.524.027,20

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Realizado	Correção Monetária do Capital Realizado	Prejuízos Acumulados	Conversão para Cruzados	Reserva de Reavaliação	Patrimônio Líquido
Saldos em 30 de abril de 1.985	1.690.835,76	2.759.590,588	(870.242,365)	-	-	3.580.183,973
Aumento de Capital com Reservas	2.759.590,588	(2.759.590,588)	-	-	-	-
Realização do Capital Subscrito	10.474.327,072	-	-	-	-	10.474.327,072
Conversão para Cruzados DL 2.284/86	-	-	-	(480)	-	(478)
Saldos em 28 de fevereiro de 1.986	14.924.753,41	-	(870.242,365)	-	-	14.054.511,07
Conversão para Cruzados DL 2.284/86	-	-	-	232.831,12	-	232.831,12
Correção Monetária do Exercício	-	21.145.976,11	(1.839.811,52)	-	-	19.306.164,59
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(130.090,58)	-	-	(130.090,58)
Saldos em 30 de abril de 1.986	14.924.753,41	21.145.976,11	(2.840.144,46)	232.830,64	-	33.463.415,70
Aumento de Capital com Reservas	21.145.976,11	(21.145.976,11)	-	-	-	-
Conversão para Cruzado	-	-	-	29.179,38	-	29.179,38
Correção Monetária do Exercício	-	-	(337.463,50)	-	-	4.100.185,46
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(959.484,07)	-	-	(959.484,07)
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	129.882.077,28	129.882.077,28
Saldos em 31 de dezembro de 1.986	36.070.729,52	4.437.648,96	(4.137.092,03)	262.010,02	129.882.077,28	166.515.373,75

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS PELA SOCIEDADE
  - As Demonstrações Financeiras foram preparadas de conformidade com o que dispõe a Lei 6.404/76 e atos legais posteriores.
  - Estoque: Estão apresentados ao custo médio ponderado e referem-se à matéria de uso e consumo.
  - Ativo Imobilizado: É registrado ao custo, acrescido da Correção Monetária computada pelo método oficial, com base na variação do valor nominal da OTN até a data do balanço. As depreciações acumuladas são igualmente corrigidas e as depreciações são computadas pelo método linear e contabilizadas como custo da produção ou diretamente como despesas no resultado, em função da utilização dos bens. As cotas anuais de depreciação são calculadas em função da vida útil econômica estimada dos bens.
  - Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis em prazo inferiores a 360 dias, estão classificados como circulante.
  - Correção Monetária: Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Financeiras são reconhecidos através da Correção Monetária das contas do Patrimônio Líquido e das contas do Ativo Permanente com base no método oficial, pela variação da OTN, apropriada como as operações, no ativo fixo.
  - Empréstimos e Financiamentos: mediante ajuste dos ativos e passivos contratados em moeda nacional com cláusula de correção monetária em alguns dos financiamentos rurais e industriais contratados a correção monetária utilizada foi 70%; nos demais casos a correção plena.
- Projeto Industrial
  - Juros de 5% a.a. e 12% a.a. mais 70% variação das OTNs
  - Projeto Agrícola
    - Juros de 3% a.a. e 12% a.a. mais 70% variação das OTNs
- REAVALIAÇÃO DE BENS DO ATIVO
  - 2.1. A sociedade procedeu, durante o exercício, a uma Reavaliação dos valores a preço de mercado dos principais bens do ativo Imobilizado como segue:
 

Conta	Valor Reavaliado	Valor Liq. Contabil.	Valor Reavaliado
Terras	96.000.000	2.852.306	93.147.693
Predios e Const. Civil	8.227.080	3.028.507	5.198.572
Inst. Equip. Agric.	3.285.000	2.466.241	818.758
Equip. Diversos	80.300.000	60.044.320	20.255.679
Veículos	320.000	310.719	9.280
Tratores	19.300.000	15.049.826	3.250.173
Embarcações	180.000	45.583	134.416
Lavoura Cana	29.624.000	22.545.495	7.078.504
Total	238.236.080	106.384.002	129.882.077

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	31/12/86	30/04/86
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	630.486,82	72.167,40
Venda de Produtos	630.486,82	72.167,40
(-) Impostos Incidentes	(7.881,22)	(8.690,08)
(-) Quebra de Estoque	(20.812,00)	-
Vendas Líquidas	601.803,60	63.507,32
(-) Custo dos Produtos Vendidos	295.069,20	65.788,58
RESULTADO BRUTO	306.734,40	(2.259,26)
Despesas Operacionais	252.666,96	29.468,88
Despesas Administrativas	91.938,47	1.440,00
Despesas Comerciais	-	34.250,88
Despesas Tributárias	37.056,51	83.682,46
Depreciações	(74.927,54)	(131.079,28)
RESULTADO OPERACIONAL	(910.335,25)	-
Rec.Financ. (-) Desp. Financ.	25.778,72	988,68
Recetas Não Operacionais	(959.484,07)	130.090,58
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
	31/12/86	30/04/86
ORIGENS DOS RECURSOS		
(-) Prejuízo Líquido do Exercício	(959.484,07)	(130.090,58)
(+) Depreciações	37.056,51	63.682,46
Realização do Capital Social	-	10.474.327,07
Recursos de Terceiros		
Aumento do Passivo Exig.	15.862.146,00	25.054.310,64
Longo Prazo	252.010,02	232.830,64
Const. Res. Plano Cruzado	15.201.726,46	35.695.040,23
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aquis. do Bens Ativo Imob.	21.472.913,68	25.208.019,54
AUMENTO DE APLICAÇÕES		
Ativo Diferido	15.491.747,89	13.295.820,84
Redução do Exig. à L. Prazo	669.548,57	-
Total das Aplicações	37.634.210,14	38.503.840,38
Redução do Capital Circulante	22.432.481,68	2.808.800,15

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	31/12/86	30/04/86
Ativo Circulante		
Início do Exercício	2.978.255,80	1.800.713,27
Fim do Exercício	10.894.583,95	2.978.255,80
PASSIVO CIRCULANTE		
Início do Exercício	5.952.898,06	1.966.555,38
Fim do Exercício	36.301.707,89	5.952.898,06
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	30.348.809,83	3.986.342,65
	22.432.481,68	2.808.800,15

O valor total da reavaliação foi acrescido aos saldos do Imobilizado, a crédito da Reserva para Reavaliação integrante do Patrimônio Líquido da Sociedade.

3. CAPITAL SOCIAL

3.1. O Capital Autorizado em 31/12/86 é de Cz\$ 75.000.000,00, sendo que o subscrito e Integralizado é composto por 3.607.072.952 ações de Cz\$ 1,00 para cada fole de 1.000 ações como segue:

Ações Ordinárias Nominativas 2.034.824.618

Ações Preferenciais Nominativas -

- Classe A -

- Classe B -

Total 1.572.248.334

3.607.072.952

4. OPERAÇÕES DA SOCIEDADE

4.1. Durante o mês de agosto de 1.986, iniciamos o procedimento de "Posta em Marcha" dos equipamentos, alguns problemas impossibilitaram o funcionamento contínuo do sistema de forma a permitir a produção em escala comercial. A produção obtida no período de setembro a dezembro de 1.986, foi conseguida durante pouco tempo de funcionamento, servindo, praticamente como uma safra teste.

EXT. nº10329 reg. nº 24680 dia 21.07.87

## PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO FUNEPARÁ Nº 751/86

CONVENIENTES: A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Município de Marabá - Prefeitura Municipal.

OBJETO: Estabelecer dotação orçamentária para o exercício de 1987.

VALOR: Cz\$ 5.250.000,00 (CINCO MILHÕES E DUZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZADOS).

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 32.00-32.01 - FUNEPARÁ - 0309183 1.095 - Programação a Cargo de Outras Fontes de Recursos - OFR-00; 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

NOTA DE EMPENHO Nº: 700165, DE 20/07/1987.

DATA: 17.07.87.

SIGNATÁRIOS: AMILCAR ALVES TUPIASSU, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e HAMILTON DE BRITO BEZERRA, Prefeito Municipal.

VISTO: JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Chefe de Gabinete SEPLAN.

EXT. nº10326 reg. nº 24671 dia 21.07.87

## EDITAIS JUDICIAIS

LISTA NOMINATIVA DOS CREDORES DA FIRMA ANTONIO ALVES BRANDÃO CCG/Nº 04875365/0001-10

CREADORES DE CALÇADOS JOAR LTDA-Rua Barão Duport, 316-São Paulo-SP-BANCO REAL S/A Ch. nº 126-VI-30.000,00-BANCO REAL S/A Ch. nº 127-CZ\$ 27.000,00-BANCO REAL S/A Ch. nº 125-CZ\$ 14.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028994-CZ\$ 18.872,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028995-CZ\$ 15.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028996-CZ\$ 15.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028997-CZ\$ 15.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028998-CZ\$ 15.000,00-TOTAL CZ\$ 149.872,00-ALDOTEX COM. DE CALÇADOS E CONFECCOES LTDA-Rua 25 de Março, 976-Lojab-São Paulo-SP-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028991-CZ\$ 7.960,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028992-CZ\$ 8.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 028993-CZ\$ 8.000,00-TOTAL CZ\$ 23.960,00-O BAO DOS CALÇADOS LTDA-Rua José de Nabuco, 150-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029000-CZ\$

7.300,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029001-CZ\$ 7.772,00-TOTAL CZ\$ 15.072,00-ZENE-MAP CALÇADOS LTDA-Rua Cavaleiro 90-A-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029008-CZ\$ 4.800,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029003-CZ\$ 10.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029004-CZ\$ 10.000,00-TOTAL 24.800,00-NG-CALÇADOS LTDA R. Miller, 472-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029005-CZ\$ 4.000,00-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 029006-CZ\$ 3.315,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143562-CZ\$ 20.000,00-TOTAL CZ\$ 57.000,00-CALÇADOS FORTINA LTDA-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860565-CZ\$ 20.000,00-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 800566-CZ\$ 17.898,00-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860567-CZ\$ 20.000,00-TOTAL CZ\$ 57.898,00-CALÇADOS PATEO LTDA R. Gomes Cardim, 37-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860569-CZ\$ 7.672,00-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860.570 ' CZ\$ 8.672,00-TOTAL CZ\$ 17.344,00-INDUS COMERCIO DE CALÇADOS ' LTDA-R. Barão de Prat. 388-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860571 - CZ\$ 8.000,00-BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860572-CZ\$ 8.000,00 - BANCO DO BRASIL S/A Ch. nº 860573-CZ\$ 8.400,00-TOTAL-24.400,00-NG-CALÇADOS LTDA-R. Miller, 472-BANCO DO ESTADO -Ch. nº 143563-CZ\$ 20.000,00-EDULOS & EDULOS LTDA -Rua Carlos de S. Nazare - 154-BANCO DO ESTADO-Ch. nº 143564-CZ\$ 4.000,00-BANCO DO ESTADO Ch. nº 143565-CZ\$ 4.000,00-BANCO DO ESTADO Ch. nº 143566 -CZ\$ 3.850,00-TOTAL CZ\$ 11.850,00-CAMILA-BANCO DO ESTADO DO PARÁ Ch. nº 143567-CZ\$ 4.000,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ-Ch. nº 143.568-CZ\$ -3.622,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ-Ch. nº 143569 -CZ\$ 7.622,00-MERCADÃO-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143569 -CZ\$ 5.700,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143570 - CZ\$ 5.748,00-TOTAL CZ\$ 11.448,00- CRIACOES VILLAGE LTDA-Av. Rangel Pastana, 1512-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143573-CZ\$ - 6.000,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143572-CZ\$ 5.490,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143571-CZ\$ 6.000,00- TOTAL' 17.490,00-DI. SANTINI, CIAL. ART. COUROES LTDA-R. Guaporé, 378/386-São Paulo-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143574-CZ\$ 4.200,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143575-CZ\$ 4.200,00- TOTAL' CZ\$ 8.400,00-CALÇADOS CLOVIS LTDA-R. Comendador Abdo Schahin, 256-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143574-CZ\$ 15.000,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143578-CZ\$ 15.000,00-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143579-CZ\$ 15.000,00- TOTAL CZ\$ 45.000,00-DOM VITAL TRANSP. ULTRA-RAPIDO R. Sold. Dionizio ' Chapas, 44-BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Ch. nº 143557-CZ\$ 6.424,00-CALÇADOS LTDA-R. Miller, 472-BANCO DA AMAZÔNIA S/A Ch. nº 099 824-CZ\$ 10.000,00-TETRON TÉCNICA ELETRÔNICA LTDA-R. Costa Ezequiel, 111-Manaus-AM - Duplicata Nº 102745-CZ\$ 3.947,50-Duplicata Nº 102745-D-CZ\$ 3.947,50-TOTAL-CZ\$ 7.895,00- TOTAL GERAL CZ\$ 486.790,00

Tucuruí-Pa, 09 de julho de 1.987

Antonio Alves Brandão

## CONCORDATA PREVENTIVA

Aviso do Comissário

PARSIFAL DE JESUS PONTES, Comissário judicialmente nomeado pelo Juízo que decretou a Concordata Preventiva de ANTONIO ALVES BRANDÃO, avisa aos credores e interessados que se encontram à disposição, para os devidos esclarecimentos, diariamente, das 16:00 às 18:00hs., no FORUM de Tucuruí, situado à Rua 31 de março S/Nº. As habilitações deverão obedecer o prazo legal e atender o que preceitua o art. 8º do DL Nº 7.661/45.

Tucuruí-Pa, 09 de julho de 1.987

Parsifal de Jesus Pontes

Comissário

T. nº09425 reg. nº 24675 dia 21.07.87

LISTA NOMINATIVA DOS CREDORES DA FIRMA "JOSÉ ARIMATEIA SILVA CCG/Nº 04891693/0001-00

01-BANCO ITAU S/A-TRAV. LAURO SODRÉ, 656-TUCURUI-PA

01.1-Contrato de Financiamento(GIROCRED), com vencimento em 18.03.87- CZ\$ 134.000,00-01.2-Contrato de Financiamento(GIRO CRED), com vencimento em 22.04.87 - CZ\$ 135.000,00.

02- BRADESCO-Trav. Lauro Sodré, 624-Tucuruí-Pa. 02.1-Contrato de Financiamento com vencimento em 11.04.87-CZ\$ 185.000,00

Tucuruí-Pa, 31 de março de 1.987.

José Arimateia Silva

## CONCORDATA PREVENTIVA

AVISO DO COMISSÁRIO





# IMPRESA OFICIAL

**DIRETORIA  
ADMINISTRAÇÃO  
REDAÇÃO  
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco S/N, próximo da Almirante Barroso  
Belém - Pará

PBX — 226-7888 (Geral) 226-0078  
Gabinete do Diretor-Presidente 226-1196  
Diretoria de Administração 226-0556  
Diretoria de Divulgação

**Diretor-Presidente  
PEDRO DE OLIVEIRA PINTO**

**Diretor-Administrativo  
HOLDERMAN DA SILVA RODRIGUES**

**Diretor de Documentação e Divulgação  
JOSÉ ILDONE FAVACHO SOEIRO**

**Diretor Técnico  
ANTONIO MIRANDA DOS ANJOS**

**Chefe da Redação  
JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO**

**Chefe da Revisão  
RAIMUNDO WALDIR BATISTA LOBÃO**

## TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

### Na CAPITAL

Semestral Cz\$ 1.058,40  
Trimestral Cz\$ 529,20

### Outros Estados e Municípios

Semestral Cz\$ 1.865,43  
Trimestral Cz\$ 932,70

D.O — número atrasado aumenta Cz\$ 3,00

### Publicações:

Página comum, cada centímetro Cz\$ 315,88  
Preço por página Cz\$ 64.439,92

PREÇO DO EXEMPLAR Cz\$ 7,00

### MATERIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 7:30 às 12:30 hs. e das 15:30 às 18:00 hs. ex-  
cetando-se os sábados.  
**RECLAMAÇÕES:** 24 horas após a circulação do  
Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Es-  
tados.

**OFÍCIOS OU MEMORANDOS:** Devem acompanhar publicações a  
cobrar.

**ASSINATURAS:** Capital, Municípios e outros Estados em qual-  
quer época.

**PAGAMENTOS:** Sempre em Cheque Nominal para o **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**.

Obs.: As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO não dão  
direito ao recebimento de Caderno Especial elaborado exclusivamente para  
distribuição aos órgãos interessados.

Tucuruí-Pa, 09 de julho de 1987

PARSIFAL DE JESUS PONTES

COMISSÁRIO

T.nº 09426 reg. nº 24674 dia 21.07.87

COMARCA DE CASTANHAL

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20  
DIAS

A Doutora YVETTE LÚCIA PINHEIRO,  
Juíza de Direito da 2ª. Va-  
ra da Comarca de Castanhal, Es-  
tado do Pará, República Federa-  
tiva do Brasil, na forma da lei  
etc....

FAZ SABER que pelo presente Edital, ex-  
traído dos autos de DIVÓRCIO requerido por RAIMUN-  
DO DE OLIVEIRA FORTELIZA, tem o mesmo a finalidade  
de citar o requerido JOSE PEREIRA FORTELIZA, que  
se encontra em lugar incerto e não sabido para que  
conteste, se quiser, a referida ação, no prazo de  
15 dias, ficando ciente de que não contestando se  
presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alega-  
dos pela autora. E para que não alegue ignorância,  
mandou expedir o presente que será publicado na  
ma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca  
de Castanhal, Estado do Pará, aos nove (09) dias  
do mês de julho de mil novecentos e oitenta e sete  
(1987). Eu, Yvette Lucia Pinheiro, Escrevente  
Juramentada Autorizada do Cartório do 2º Ofício, o  
subscribo.

(G.R. nº 18858)

Yvette Lucia Pinheiro  
Dra. YVETTE LÚCIA PINHEIRO  
Juíza da 2ª. Vara

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

**Presidente: ARTHUR FRANCISCO SEIXAS  
DOS ANJOS**

RELAÇÃO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS EXCMOS. SRS. JUÍZES DO  
TRT DA 8ª. REGIÃO em 06.07.87:

1) RO 875/87. RECORRENTE: Seta - Serviços Auxiliares de  
Transportes Aéreos S/A. RECORRIDO: Francisco Fernando de Cas-  
tro Medeiros. Adv. Dra. Haydée Fernandes. Origem: 5ª. JCI de  
Belém. RELATOR: Sr. Alberone Lobato REVISOR:  
Dr. Roberto Santos 2) AI 873/87. AGRAVANTE: Con-  
sorcio Nacional de Veículos Ltda. Adv. Dr. Gilson de Olivei-  
ra. AGRAVADO: Francisco Ferreira dos Santos. Adv. Dra. Mari-  
ci Barros. Origem: 7ª. JCI de Belém. RELATOR: Dr. Ríder  
Brito. 3) AI 887/87. AGRAVANTE: Mi-  
ração Canopus Ltda. Adv. Dr. Hercílio Carvalho. AGRAVADO: Pe-  
dro Silvino Jardim. Adv. Dra. Ironeide Lisboa. Origem: JCI de  
Altamira. RELATOR: Dr. Vicente Fonseca 4) RO 869/87.  
RECORRENTE: Lucivaldo Lima Brandão. Adv. Dra. Olga Bayma.  
RECORRIDO: Transbrasil S/A. Adv. Dr. Luis Loureiro. Origem:  
6ª. JCI de Belém. RELATOR: Dr. Vicente Fonseca  
REVISOR: Sr. Alberone Lobato 5) RO 782/87.  
RECORRENTE: Banco da Amazônia S/A - Base. Caixa de Previden-  
cia e Assist. dos Funcionários do Banco da Amazônia S/A -  
Capaf. Adv. Dr. Ophir Cavalcante Jr. RECORRIDO: Raymundo Mar-  
tins Vianna. Adv. Dr. Adilson Verçosa. Origem: 6ª. JCI de Be-  
lém. RELATOR: Dr. Nazer Nassar REVISOR:  
Dra. Lygia Oliveira 6) RO 847/87. RECORREN-  
TES: Miguel Oliveira Pena (Adv. Dra. Paula Frassinetti) Caixa  
de Previdência e Assist. dos Func. do Banco da Amazônia S/A -  
S/A - Capaf. Adv. Dr. Ophir C. Jr. Banco da Amazônia S/A -  
Base. Adv. Dr. Deusdedit Brasil e outros. RECORRIDOS: Os  
mesmos. Origem: 2ª. JCI de Belém. RELATOR: Sr. Alberone  
Lobato REVISOR: Dr. Roberto Santos

RE 7) RO 868/87. RECORRENTE: Antônio Terto Holanda Neto.  
Adv. Dra. Marici Pereira. Comercial de Minérios do Sul do Pa-  
rá Ltda. Adv. Dr. João Alberto Paiva. RECORRIDOS: Os mesmos  
Origem: 1ª. JCI de Belém. RELATOR: Dr. Vicente Fonseca  
REVISOR: Sr. Alberone Lobato

8) AP 880/87. AGRAVANTES: Carlos Alberto Martins Nouram Ma-  
ria Elizabeth Martins Rosário, Vilma Rosário Gomes. Adv. Dr.  
Carlos A. M. Nouram. AGRAVADOS: Maria Raimunda Gomes. Adv. Dr.  
Cláudio Gonçalves. Origem: 5ª. JCI de Belém. RELATOR: Dr. Na-  
zer Nassar REVISOR: Dra. Lygia  
Oliveira 9) R EX OFF 884/87. RECLAMANTE: Agos-  
tinha Pinto Barata. RECLAMADO: Município de Marapanim - Pre-  
feitura Municipal. Origem: JCI de Castanhal. RELATOR: Dr.  
Roberto Santos REVISOR: Dr. Vicente Fonse-  
ca 10) RO 878/87. RECORRENTE: Benedito Bar-  
ta Ferreira. Adv. Dr. Joaquim Vasconcelos. RECORRIDO: Dowel  
Schlumberger do Brasil Ltda. Adv. Dr. João Alberto Paiva.  
Origem: 4ª. JCI de Belém. RELATOR: Dra. Lygia Oliveira  
REVISOR: Dr. Ríder Brito

11) RO 874/87. RECORRENTE: Elias Ribeiro Pinto. Adv. Dr. Ama-  
rildo Guerra. RECORRIDO: Moda - M. Guedes Dantas. Adv. Dr.  
Edison Almeida. ORIGEM: 4ª. JCI de Belém. RELATOR: Dra. Lygia  
Oliveira. REVISOR: Dr. Ríder Brito. 12) RO 907/87.  
RECORRENTE: Edson Carvalho Braga. Adv. Dra. Vilma Chavaglia.  
RECORRIDAS: M. Roscoe S/A - Engenharia, Indústria e Comércio.  
Adv. Dr. Dilermando de Assis Araújo - Subempreiteira C.C.S. -  
Engenharia Ltda. - litisconsorte. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.  
RELATOR: Dr. Ríder Brito REVISOR:  
Dr. Nazer Nassar 13) RO 881/87. RE-  
CORRENTE: Alirio Gonçalves Boução. Adv. Dr. Antonio Fernando  
Rocha. RECORRIDO: Unap - União Nacional de Perfuração Ltda.  
Adv. Dr. Manoel J. M. Siqueira. ORIGEM: 3ª. JCI de Belém.  
RELATOR: Sr. Alberone Lobato REVISOR:  
Dr. Roberto Santos

14) R EX OFF e RO  
900/87. RECORRENTE-RECLAMANTE: Sebastião Pinheiro.  
Adv. Dra. Dilma Martins. RECORRIDO-RECLAMADO: Mu-  
nicipio de Belém - Departamento de Resíduos Sólidos  
da Sesan. Adv. Dra. Elza Franco. Origem: 5ª.  
JCI de Belém. RELATOR: Dr. Ríder Brito  
REVISOR: Dr. Nazer Nassar 15) RO 924/87  
RECORRENTE: Sade - Sul Americana de Engenharia S/A  
Adv. Dr. José Maués. RECORRIDO: Francisco Ferreira  
Pantoja Filho. Adv. Dra. Vilma Chavaglia. Origem:

JCI de Abaetetuba. RELATOR: Dr. Vicente Fonseca  
REVISOR: Sr. Alberone Lobato 16) RO 889/87.  
RECORRENTE: Graciano Conceição Pereira (Adv. Dra.  
Vilma Chavaglia) e M. Roscoe S/A - Engenharia, Ind.  
e Comércio (Adv. Dr. Dilermando Araújo). RECORRI-  
DOS: Os mesmos. Origem: JCI de Abaetetuba. RELA-  
TOR: Dr. Roberto Santos REVISOR:  
Dr. Vicente Fonseca 17) RO 893/87. RECOR-  
RENTE: Albrás - Alumínio Brasileiro S/A. Adv. Dr.  
Francisco Rohan Lima. RECORRIDO: João Joaquim Mar-  
ques. Adv. Dr. Icarai Dantas. Origem: JCI de Abae-  
tetuba. RELATOR: Dr. Vicente Fonseca REVISOR:  
Sr. Alberone Lobato 18) RO 894/87. RE-  
CORRENTE: Café Vitória Régia Ltda. Adv. Dr. Dou-  
glas Domingues. RECORRIDO: Otávio Sérgio Benaion  
do Vale. Adv. Dr. Alvaro Amazonas. Origem: 5ª. JCI  
de Belém. RELATOR: Dr. Nazer Nassar REVISOR:  
Dra. Lygia Oliveira 19) AP 909/87  
AGRAVANTE: José de Ribamar Teixeira Borgea. Adv. Dr.  
Adilson Verçosa. AGRAVADO: Banco Brasileiro de Des-  
contos S/A. Adv. Dr. Marco A. Bu arque. Origem: 1ª  
JCI de Belém. RELATOR: Dr. Roberto Santos  
REVISOR: Dr. Vicente Fonseca 20) RO 902/87  
RECORRENTE: Santa Casa de Misericórdia do Pará. Adv.  
Dra. Maria Rosângela Silva. RECORRIDOS: Maria Teda  
Uchoa da Silva e outros. Adv. Dr. Walter Santos.  
Origem: 4ª. JCI de Belém. RELATOR: Dr. Ríder Brito  
REVISOR: Dr. Nazer Nas-

21) AI 917/87. AGRAVANTE: Mar-  
tins Carneiro & Cia. Adv. Dr. Wilson Sousa. AGRAVA-  
DO: Francisco Gabriel Pereira Alves. Adv. Dra. Os-  
valdo Nascimento e outro. Origem: 3ª. JCI de Belém  
RELATOR: Dr. Nazer Nassar 22) RO 922/87.  
RECORRENTE: Raimundo do Socorro Gonçalves Corrêa.  
Adv. Dra. Vilma Chavaglia. RECORRIDAS: Estacon En-  
genharia S/A. (Adv. Dr. Luiz Reis.) e J.M. Cavar-  
gante. Origem: JCI de Abaetetuba. RELATOR: Dr. Nazer  
Nassar REVISOR: Dra. Lygia Oli-  
veira. 23) RO 918/87. RECORRENTE: Rica-  
do Albuquerque das Neves. Adv. Dr. Joaquim Vascon-  
celos. RECORRIDO: Iate Clube do Pará. Adv. Dra. Ma-  
ria da Glória Maroja. Origem: 3ª. JCI de Belém.  
RELATOR: Sr. Alberone Lobato REVISOR: Dr. Ro-  
berto Santos 24) AI 872/87. AGRAVANTE:  
J. L. Teixeira de Oliveira. Adv. Dr. Altamar Pass.  
AGRAVADO: Paulo Roberto Mariano. Adv. Dr. Pedro

Pinheiro Filho. Origem: 2ª. JCI de Belém. RELATOR:  
Sr. Alberone Lobato REVISOR:  
25) RO 903/87. RECORRENTE: Val-  
carvalho do Nascimento. Adv. Dra. Vilma Chavaglia e  
outra. RECORRIDOS: Subempreiteira S. Monteiro e  
M. Roscoe S/A (Adv. Dr. Dilermando Araújo. Origem  
JCI de Abaetetuba. RELATOR: Dra. Lygia Oliveira  
REVISOR: Dr. Ríder Brito 26) RO 852/87. RECORRENTE: Paulo  
Sérgio dos Santos Monteiro (Adv. Dr. Joaquim Vas-  
concelos) Iate Clube do Pará (Adv. Dr. Adalberto  
Maroja. RECORRIDOS: Os mesmos e João Damasceno Co-  
mes. Origem: 7ª. JCI de Belém. RELATOR: Dr. Ríder  
Brito. REVISOR: Dr. Nazer Nassar

27) AP 876/87. AGRAVANTE:  
Fundação Serviços de Saúde Pública. Adv. Dr. Wan-  
ceslau Abreu Filho. AGRAVADOS: Raimundo Moisés Gu-  
resma da Fonseca e Diana Maria Freiths de Almeida.  
Adv. Dr. Leogênio Gomes. Origem: 1ª. JCI de Belém.  
RELATOR: Dr. Roberto Santos REVISOR:  
Dr. Vicente Fonseca 28) AP 885/87. AGRAVANTE:  
Mineração Taboca S/A. Adv. Dr. Vanilson Mesketh  
AGRAVADO: Francisco das Chagas Rodrigues. Adv. Dra.  
Teresa Cristina Bertachini. Origem: JCI de Altami-  
ra. RELATOR: Dr. Roberto Santos

(G.Reg. nº 18765)

Relação dos processos distribuídos pelo E. Tribu-  
nal em sessão de dia 8.7.87:

1) RO 925/87 - RECORRENTE: Sede-Sul América de En-  
genharia S/A. Dr. José Maués. RECORRIDO: Manoel Ro-  
drigues dos Santos. Dra. Vilma Chavaglia. JCI de  
Abaetetuba. RELATOR: Dr. Ríder Brito  
REVISOR: Dr. Nazer Nassar 2) RO 923/87-RE-  
CORRENTE: Arioclélio da Silva Ribeiro e Antonio Jo-  
sé da Silva. Dra. Maria José Cavalli. RECORRIDAS:  
Subempreiteira Alameda e Parapanema S/A. Dr. Luiz  
dos Reis- JCI de Abaetetuba - RELATOR: Dra. Lygia  
Oliveira REVISOR: Dr. Ríder Brito.

3) AI 886/87 - AGRAVANTE: Mineração  
Taboca S/A. - Dr. Vanilson Mesketh. AGRAVADO: Diniz  
Florêncio Batista - Dra. Teresa Bertachini. JCI de  
Altamira - RELATOR: Dra. Lygia Oliveira  
4) RO 919/87 - RECORRENTE: ECCIR - Empresa de Const-  
ruções Cíveis e Rodoviárias SA-Dr. Deusdedit Bra-  
sil. RECORRIDO: Liana Maria Sampaio Viana. Dra. Ol-  
ga Bayma. 7ª. JCI Belém- RELATOR: Dr. Nazer Nassar  
REVISOR: Dra. Lygia Oliveira

5) RO 910/87 - RECORRENTE: Banco Real SA. Dr. Luiz Car-  
neira. RECORRIDO: Maria Odete Reis da Costa-Dra.  
Ida Rebelo. JCI de Santarém- RELATOR: Dr. Roberto  
Santos REVISOR: Dr. Vicente Fonseca

6) RO 906/87- RECORRENTE: Waléria do Socorro Pimen-  
tel Trindade - Dra. Paula Frassinetti e outros. RE-  
CORRIDO: Comp. Bras. de Distribuição-Dra. Maria Ro-  
sângela da Silva. 2ª. JCI Belém- RELATOR: Dr. Robe-  
rto Santos REVISOR: Dr. Vicente Fonseca

7) RO 905/87 - RECORRENTE: Banco Bras. de Descontos  
SA. - Dra. Ana Rodriguss. RECORRIDO: Darlene Blair  
da Silva Fernandes. Dr. Manoel Siqueira. 5ª. JCI  
Belém- RELATOR: Dr. Vicente Fonseca REVI-  
SOR: Sr. Alberone Lobato 8) RO 892/87-RECOR-  
RENTES: Carlos Luiz Borges Serrano - Dr. Aldemar  
Pass. RECORRIDO: Banco Nacional S/A. Dra. Lívia  
Chermont. 2ª. JCI Belém- RELATOR: Dr. Vicente Fon-  
seca REVISOR: Sr. Alberone Lobato

9) RO 888/87 - RECORRENTE: Manoel Cosme Furtado de  
Souza Oliveira- Dra. Vilma Chavaglia. RECORRIDO:  
Estacon Engenharia SA. Dr. Luiz Reis. JCI de Abaete-  
tuba- RELATOR: Dra. Lygia Oliveira REVISOR:  
Dr. Ríder Brito 10) RO 879/87.  
RECORRENTE: Antonio Fernandes da Silva, Pedro dos  
Santos Leal, Zeny Mattos. Adv. Dr. Joaquim Lopes de  
Vasconcelos. RECORRIDO: Marabá Auto Locadora Empre-  
dimentos e Participações Ltda. - sucessora de MCO -  
Empreendimentos e Participações Ltda. Adv. Dr. Pau-  
lo Emilio Ribeiro de Vilhena. ORIGEM: 4ª. JCI de Be-  
lém. RELATOR: Dr. Roberto Santos REVISOR:  
Dr. Vicente Fonseca 11) AP 930/87.  
AGRAVANTE: Josino Palheta Macedo. Adv. Dra. Paula  
Frassinetti da Silva. AGRAVADO: Banco Mercantil de



Crédito S/A. Adv. Dr. Carlos Ferro e Silva. ORIGEM: 1a. JCY de Belém. RELATOR: Dra. Lygia Oliveira. REVISOR: Dr. Ríder Brito. 12) AP 934/87. AGRAVANTE: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Elettronorte. Adv. Dr. Almerindo Trindade. AGRAVADOS: Altair Sebastião Viana da Silva e outros. Adv. Dra. Marici Barros Pereira. ORIGEM: 5a. JCY de Belém. RELATOR: Sr. Alberone Lobato. REVISOR: Dr. Roberto Santos.

13) RO 940/87. RECORRENTE: Mineração Taboca S/A. Adv. Dr. Vanilson F. Hesketh. RECORRIDO: Elias Ramos de Araújo. Adv. Dra. Maria Dolores Cajado. BRASIL. ORIGEM: JCY de Santarém. RELATOR: Dr. Vicente Fonseca. REVISOR: Sr. Alberone Lobato.

14) RO 927/87. RECORRENTE: Paulo Maciel Teixeira. Adv. Dr. Raimundo Nivaldo S. Duarte. RECORRIDO: Construtora Andrade Gutierrez S/A. Adv. Dr. Luiz Rodolfo Dinelli Carneiro. ORIGEM: JCY de Santarém. RELATOR: Sr. Alberone Lobato. REVISOR: Dr. Roberto Santos.

15) AI 931/87. AGRAVANTE: Evandro Mauro Dias de Almeida. Adv. Dr. José Alberto Ferreira Gonçalves. AGRAVADO: Mário Antonio Queiroz Antunes - "Quilômetro do Mascate". Adv. Dra. Izabel Pereira de Lima. ORIGEM: 7a. JCY de Belém. RELATOR: Sr. Alberone Lobato. 16) RO 882/87. RECORRENTE: Cícero Augusto Duarte Barbosa. Adv. Dr. Benedito Duarte Barbosa. RECORRIDO: Motogerall Ltda. Adv. Dr. Manoel J.M. Siqueira. ORIGEM: 7a. JCY de Belém. RELATOR: Dr. Ríder Brito. REVISOR: Dr. Nazer Nasser.

17) RO 890/87. RECORRENTE: Pedro Corrêa. Adv. Dra. Vilma Chavaglia. RECORRIDAS: M. Roscoe S/A - Engenharia, Indústria e Comércio. Adv. Dr. Dilexmando de Assis Araújo e Subempreiteira Limpolar Ltda. ORIGEM: JCY de Abaetetuba. RELATOR: Dr. Ríder Brito. REVISOR: Dr. Nazer Nasser. 18) RO 912/87. RECORRENTE: Mineração Taboca S/A. Adv. Dr. Vanilson Hesketh. RECORRIDO: Izaias Viana de Souza. Adv. Dr. Gilson Genésio dos Santos. ORIGEM: JCY de Santarém. RELATOR: Dr. Nazer Nasser. REVISOR: Dra. Lygia Oliveira. 19) RO 871/87. RECORRENTE: Agenor de Souza. Adv. Dr. Ubiratan de Aguiar. RECORRIDO: Delfim Figueiredo Filho. ORIGEM: 4a. JCY de Belém. RELATOR: Sr. Alberone Lobato. REVISOR: Dr. Roberto Santos.

20) RO 891/87. RECORRENTE: F. Alberto Engenharia e Representação Ltda. - Litisconsorte. Adv. Dr. José Augusto C. de Miranda Pombo. RECORRIDO: Fortunato Batista dos Santos. Adv. Dra. Olga Bayma - Enel Engenharia Ltda. - Reclamada - João Sena Ltda. - Litisconsorte. ORIGEM: 4a. JCY de Belém. RELATOR: Dr. Nazer Nasser. REVISOR: Dra. Lygia Oliveira.

(G.Reg. nº 18779)

#### ACÓRDÃO DO TRT PUBLICADOS NA SESSÃO DO DIA

8.7.87

AC. nº 997/87. PROC. TRT RO 446/87. 2a. JCY de Belém. RELATOR: Juiz Roberto Santos. RECORRENTES: Maria Carmen Mota de Lima (Dra. Paula Frassinetti Silva) e Banco Comércio e Indústria de São Paulo S/A em liquidação extrajudicial (Dra. Maria Vilma Alves da Silva). RECORRIDOS: Os mesmos.

EMENTA: Reajusta-se a sentença à prova dos autos.

DECISÃO: Por unanimidade não conheceram do recurso da reclamada, porque deserto, mandando de sentranhar dos autos as contrarrazões da reclamada, porque firmadas por advogada não habilitada de acordo com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; por unanimidade, conheceram do recurso da reclamante e deram-lhe em parte provimento para elevar a 30% o valor do adicional incidente sobre as horas extras; por maioria de votos, mantiveram a sentença no tocante ao desconto indevido; por unanimidade, mantiveram a sentença em seus demais termos. Custas, as fixadas no primeiro grau de jurisdição.

AC. nº 998/87. PROC. TRT ED 908/87. RELATOR: Juiz Pedro Mello. EMBARGANTE: Companhia Florestal Monte Dourado (Dr. José Torquato A. Alencar). EMBARGADO: Acórdão nº 873/87, prolatado nos autos do Processo TRT RO 525/87, em que o embargante é parte contra Ludgero Rodrigues da Silva.

EMENTA: Mesmo na ementa do acórdão, que não faz coisa julgada, quando há dúvidas ou equívocos, merece esclarecimentos.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram dos embargos e deram-lhe provimento para que seja considerada a parte final da ementa, nas expressões: "com todos os ônus repercutindo na ruptura do contrato de trabalho".

AC. nº 999/87. PROC. TRT RO 767/87. JCY de Macapá. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. RECORRENTE: Companhia de Eletricidade do Amapá (Dr. Cléo Farias de Araújo). RECORRIDOS: José Francisco Dias Del Castilho e Clóvis Figueiredo Galvão (Dr. Paulo A. dos Santos).

EMENTA: O depósito do valor ad recursum deve ser comprovado dentro do prazo de sua interposição e na forma prevista em lei. O recorrente não cumpriu tais regras processuais, e por essa razão, não pode ter conhecido o seu apelo.

DECISÃO: Por unanimidade, não conheceram do recurso, porque deserto.

AC. nº 1.000/87. PROC. TRT AP 542/87. 3a. JCY de Belém. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. AGRAVANTE: Pedro Soares Ferraz (Dr. Humberto Mendonça). AGRAVADA: Construtora Andrade Gutierrez S/A (Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Jr.).

EMENTA: O advogado só está proibido de lançar, nos autos, cotas marginais ou interlineares, nos precisos termos do art. 161 do CPC. Não foi isso que fez o advogado do agravante.

DECISÃO: Decorre a correção monetária de impositiva legal (Dec-Lei nº 87/66), e está, por isso, implícita em toda a condenação trabalhista, bastando que os valores sobre os quais esta incide não tenham sido satisfeitos nas épocas próprias de que trata o art. 2º do mencionado Dec-Lei.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do agravo; por maioria de votos, deram-lhe provimento para mandar incidir a correção monetária sobre os créditos do exequente-agravante.

AC. nº 1.001/87. PROC. TRT ED 870/87. RELATORA: Juíza Marilda Coelho. EMBARGANTE: SCHAT Offshore do Brasil Perfurações Marítimas Ltda. (Drs. José Luiz Caram e João Alberto Paiva). EMBARGADO: Acórdão nº 792/87, prolatado nos autos do Processo TRT AP 1638/86, em que o embargante é parte contra Cláudio Coutinho Gomes.

EMENTA: Embargos de declaração manifesta - mente protelatórios ensejam a cominação da multa de 1% sobre o valor da condenação (Parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil).

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram dos embargos e os rejeitaram, por nada haver a esclarecer, completar ou corrigir no v. Acórdão embargado e, por considerá-los manifestamente protelatórios, cominar ao embargante a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do Parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil.

AC. nº 1.002/87. PROC. TRT AP 658/87. 6a. JCY de Belém. RELATOR: Juiz Hermes Tupinambá Neto. AGRAVANTE: Rui Guilherme Rodrigues Magno (Dra. Paula Frassinetti). AGRAVADO: Banco Nacional S/A (Dra. Lívia C. Chermont).

EMENTA: É defeso discutir-se na execução a matéria apreciada pela decisão exequenda, por constituir-se res judicata.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do agravo e deram-lhe provimento para mandar que, se proceda ao cálculo pela média do número de horas extras (fls. 98-101), conforme decisão de primeiro grau transitada em julgado.

AC. nº 1.003/87. PROC. TRT AP 656/87. 2a. JCY de Belém. RELATOR: Juiz Hermes Tupinambá Neto. AGRAVANTE: Nara Eliana Jardim (Dra. Paula Frassinetti Silva). AGRAVADO: E. Bentes Farias.

EMENTA: Constitui-se em fraude contra credores trabalhistas, merecendo anulação, a alienação do único bem do empregador, ocorrida às vésperas do encerramento de suas atividades empresariais, frustrando a garantia de execução de qualquer ação trabalhista.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do agravo e deram-lhe provimento para deferir o pedido de penhora do bem indicado, declarando nula a transferência efetuada por constituir-se fraude contra credores trabalhistas.

AC. nº 1.004/87. PROC. TRT R EX OFF 651/87. JCY de Castanhal. RELATOR: Juiz Hermes Tupinambá Neto. RECLAMANTE: Benedito Francisco Guimarães (Dra. Ermelinda Mello Garcia). RECLAMADO: Município de Maracanã - Prefeitura Municipal.

EMENTA: Não contestada a despedida imotivada, devem ser deferidas as verbas consectárias dessa despedida.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do recurso e deram-lhe em parte provimento, para mandar excluir da condenação a parcela de indenização adicional, mantendo a sentença em seus demais termos. Custas, as fixadas no primeiro grau de jurisdição.

AC. nº 1.005/87. PROC. TRT RO 615/87. 6a. JCY de Belém. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. RECORRENTE: Companhia Brasileira de Distribuição (Dra. Maria Rosângela da Silva). RECORRIDA: Eliete do Socorro Gonçalves Alves.

EMENTA: Deve ser reformada a sentença de primeiro grau a fim de que, na apuração das horas extras, se observe o biênio prescricional.

Os riscos do negócio cabem somente ao empregador.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do recurso, rejeitando a preliminar de não conhecimento, fundada em deserção, por falta de amparo legal; no mérito, por maioria de votos, deram-lhe provimento para determinar que no cálculo da parcela de horas extras, seja observado o biênio prescricional; por unanimidade, mantiveram a sentença em seus demais termos. Custas, as fixadas no primeiro grau de jurisdição.

AC. nº 1.006/87. PROC. TRT ED 914/87. RELATOR: Juiz Nazer Nasser. EMBARGANTE: Raimundo Brito da Costa (Dr. Hosanan Oliveira). EMBARGADO: Acórdão nº 824/87, prolatado nos autos do Processo TRT RO 553/87, em que o embargante é parte contra Banco Brasileiro de Descontos S/A.

EMENTA: Improcedem os embargos de declaração, quando não há omissão, contradição ou obscuridade a sanar no v. Acórdão embargado.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram dos embargos e os rejeitaram, por nada haver a esclarecer ou acrescentar no v. Acórdão embargado.

AC. nº 1.007/87. PROC. TRT RO 631/87. JCY de Abaetetuba. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. RECORRENTE: Raimundo Gonçalves Lopes (Dr. Odival Quaresma Filho). RECORRIDA: M. Roscoe S/A (Dr. Dilermando A. Araújo) e Albrás S/A - Litisconsorte.

EMENTA: Devida é a indenização adicional de que trata o art. 9º da Lei 7.238/84. Admissa do reclamante ocorreu no período de 30 dias que antecedeu à data de sua correção salarial (à época ainda não estava em vigor o Dec-Lei 2284/85).

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do recurso e deram-lhe em parte provimento para acrescentar à condenação a parcela de indenização adicional, no valor de R\$2.133,60 (dois mil cento e trinta e três cruzados e sessenta centavos) mantendo a sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada na quantia de R\$407,92 sobre R\$7.200,00 valor arbitrado para a condenação.

AC. nº 1.008/87. PROC. TRT AP 618/87. 5a. JCY de Belém. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. AGRAVANTE: Banco do Estado do Pará S/A (Dr. Sérgio A. de Andrade Lima). AGRAVADO: Aldenor Cordell Pimentel Gentil (Dr. Joaquim L. de Vasconcelos).

EMENTA: "Quando o que tem pretensão a ser imitado na posse não tem qualquer posse, mas tem direito a ela, e alega o domínio só, deve-se exigir que prove esse direito (Pontes de Miranda, em Comentários ao CPC)".

O agravante provou que adquiriu, em leilão realizado por outra JCY, os bens que agora foram novamente objeto de penhora. Deve ser imitado na posse desses bens, que legalmente são de sua propriedade.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do apelo como agravo de petição, rejeitando a preliminar de não conhecimento, fundada em deserção, por falta de amparo legal; no mérito, deram-lhe provimento para julgar insubsistente a penhora e determinar a entrega dos bens ao agravante; determinaram, ainda, após transitar em julgado esta decisão, seja encaminhada cópia da mesma ao Banco Central do Brasil, para as providências que julgar cabíveis.

AC. nº 1.009/87. PROC. TRT RO 703/87. JCY de Capanema. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. RECORRENTE: Raimundo Rodrigues de Oliveira (Dr. Antônio A. Navegantes). RECORRIDA: Empresa de Saneamento e Construções da Amazônia Ltda.

EMENTA: Provada a participação do reclamante em incidente de graves consequências na empresa.

Seu mau procedimento, justificou a rescisão do contrato iniciado há apenas dois meses.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do recurso e negaram-lhe provimento, para confirmar a sentença recorrida.

AC. nº 1.010/87. PROC. TRT AP 596/87. 5a. JCY de Belém. RELATORA: Juíza Semiramis Ferreira. AGRAVANTE: Inaço S/A - Indústria, Comércio e Representação de Móveis de Aço (Dr. Manoel José Siqueira). AGRAVADOS: Leandro Francisco da Rosa e outros.

EMENTA: A ora agravante nenhuma prova trouxe aos autos de que a nova empresa (PIONEIRA DE ARTIFATOS) que iria absorver o patrimônio da sua filial em Duque de Caxias, chegou realmente a ser constituída. Esse destaque é de todo procedente e o mais decisivo para a desate da controvérsia, suscitada nestes autos.

A decisão exequenda condenou a agravante, conforme está expresso na carta precatória. O feito já se acha em fase de execução e por aquele que sofreu condenação, a matéria de defesa fica restrita às alegações de cumprimento da decisão ou de acordo, quitação ou prescrição da dívida (§ 1º do art. 884 da CLT).

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do agravo e negaram-lhe provimento, para manter a decisão agravada.

AC. nº 1.011/87. PROC. TRT RO 629/87. 2a. JCY de Belém. PROLATOR: Juiz Vicente Fonseca. RECORRENTE: Raimundo Nonato Martins (Dr. Leonardo Silva da Paixão). RECORRIDO: Manoel Lima Nunes.

EMENTA: DIÁRIAS - ABUSO DE DIREITO

É abusivo o direito de pleitear diárias por atraso de pagamento de verbas rescisórias, porventura estabelecido em convenção coletiva de trabalho, quando o empregado ou seu Sindicato de Classe obtém novo emprego e deixa para reclamar essa vantagem somente desseis (16) meses após a rescisão contratual.

DECISÃO: Por unanimidade, conheceram do recurso; no mérito, por maioria de votos, negaram-lhe provimento, para confirmar a sentença recorrida.

AC. nº 1.012/87. PROC. TRT RO 638/87. 3a. JCY de Belém. RELATOR: Juiz Hermes Tupinambá Neto. RE



**CORRENTE:** José Milton Rabelo da Silva (Dra. Olga Bayma). **RECORRIDA:** Construtora Andrade Gutierrez S/A (Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior).

**EMENTA:** Não chegando a começar a prestação de serviços, não há que se falar em verbas trabalhistas, pois o contrato sequer se formou, não passando da fase de ajustes preliminares.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do recurso e negaram-lhe provimento, para confirmar a sentença recorrida.

**AC. nº 1.013/87. PROC.TRT RO 433/87. JCU de Santarém. RELATOR:** Juiz Semiramis Ferreira. **RECORRENTES:** Maria Graciete Braga Lopes (Dr. Raimundo N. Duarte) e Banco Brasileiro de Descontos S/A (Dra. Ana Nizete V. Rodrigues). **RECORRIDOS:** Os mesmos.

**EMENTA:** O caixa bancário não exerce função de confiança, no sentido dado pelo § 2º do art. 224 da CLT, daí o direito da recorrente em receber como extras, nesse período em que trabalhou nesse cargo, todas aquelas trabalhadas além da sexta.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram de ambos os recursos; no mérito, deram-lhes em parte provimento; ao da reclamante, para fixar como data de interrupção da prescrição, para os devidos efeitos, 20 de março de 1984, determinando que as horas extras relativas ao período em que a mesma trabalhou como caixa sejam contadas a partir da sétima hora, com os seus devidos reflexos; ao do reclamado, para mandar excluir do computo das horas extras desse mesmo período em que a reclamante trabalhou como caixa, o intervalo de uma hora para a refeição e determinaram que não se integre à remuneração da mesma para os efeitos pretendidos o valor da parcela in natura, mantendo a sentença em seus demais termos. Custas pelo reclamado como já fixado na sentença do primeiro grau de jurisdição.

**AC. nº 1.014/87. PROC.TRT ED 883/87. RELATOR:** Juiz Rider Brito. **EMBARGANTE:** José Amin Richere Silva (Dra. Paula Frassinetti Silva). **EMBARGADO:** Acórdão nº 769/87 proferido pelo Egrégio Tribunal nos autos do Processo TRT AP 347/87, em que o embargante é parte contra Banco Real S/A.

**EMENTA:** Rejeitam-se embargos de declaração se, no acórdão embargado, nada há a esclarecer.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram dos embargos e os rejeitaram, por não haver a esclarecer no v. acórdão embargado.

**AC. nº 1.015/87. PROC.TRT RO 750/87. JCU de Abaetetuba. PROLATOR:** Juiz Roberto Santos (Na Presidência). **RECORRENTES:** Mário Nunes Nascimento (Dra. Vilma Chavaglia) e Estacon Engenharia S/A (Dr. Luiz Roberto dos Reis), e Lacerda Construções Ltda - Litisconsorte. **RECORRIDOS:** Os mesmos.

**EMENTA:** Sem prova da relação de emprego com a subempreiteira, impossível condenar o pretendido empregado principal.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram de ambos os recursos; pelo voto de desempate da Presidência, deram provimento ao recurso da reclamada para julgar inexistente o vínculo empregatício entre o reclamante e a reclamada; por unanimidade, julgaram prejudicado o recurso do reclamante. Custas, as fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**AC. nº 1.016/87. PROC.TRT AI 653/87. 4a. JCU de Belém. RELATOR:** Juiz Pedro Mello. **AGRAVANTE:** Belauto - Belém Automóveis S/A (Dr. Roberto M. Ferreira). **AGRAVADO:** Fernando Sérgio Conceição do Nascimento (Dr. Jacy Monteiro Colares).

**EMENTA:** É intempestivo o recurso que não obedece o prazo legal.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do agravo e negaram-lhe provimento, para manter a decisão agravada.

**AC. nº 1.017/87. PROC.TRT RO 578/87. JCU de Altamira. PROLATOR:** Juiz Hermes Tupinambá Neto. **RECORRENTE:** Banco Brasileiro de Descontos S/A (Dra. Ana Nizete V. Rodrigues). **RECORRIDA:** Gelsomina Myuki Souza Pinto (Dr. Guarim Teodoro Filho).

**EMENTA:** No processo trabalhista, a assistência judiciária será prestada através dos Sindicatos de Classe e nos termos do § 1º, do art. 14, da Lei 5584/70.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do recurso; por unanimidade, deram-lhe em parte provimento para excluir da condenação a parcela relativa a honorários advocatícios; por maioria de votos, mantiveram a sentença em seus demais termos. Custas, as fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**AC. nº 1.018/87. PROC.TRT RO 700/87. 3a. JCU de Belém. RELATOR:** Juiz Semiramis Ferreira. **RECORRENTE:** José Ribamar Trindade (Dra. Olga Bayma). **RECORRIDA:** Cia. de Saneamento do Pará - COSANPA (Dr. Jonas S. V. Júnior).

**EMENTA:** Jornada de trabalho de vinte e quatro horas seguidas, por vinte e quatro de folga. Direito à manutenção das 240 horas extras mensais que, habitualmente, lhe foram pagas até abril de 1986.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do recurso e deram-lhe provimento para condenar a reclamada a pagar ao reclamante as horas extras não pagas a partir de maio de 1986, reconhecido o seu direito ao recebimento de 240 horas extras mensais, com as conseqüentes repercussões sobre as diferenças de férias, de gratificação natalina e de depósito do FGTS, tudo a apurar em liquidação. Custas pelo reclamado na quantia de Cz\$429,82 sobre o valor da condenação, arbitrado em Cz\$8.000,00.

**AC. nº 1.019/87. PROC.TRT R EX OFF e RO 642/87. JCU de Altamira. RELATOR:** Juiz Hermes Tupinambá Neto. **RECORRENTE-RECLAMADA:** Fundação Serviços de Saúde Pública (Dr. Luiz Firmino Ferraz Filho). **RECORRIDO-RECLAMANTE:** Moacir Moura dos Santos (Dr. Hercílio Pinto de Carvalho).

**EMENTA:** A inatualidade da punição em relação à falta importa em perdão tácito.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram de ambos os recursos e negaram-lhes provimento, para confirmar a sentença recorrida.

**AC. nº 1.020/87. PROC.TRT AP 455/87. 1a. JCU de Belém. RELATOR:** Juiz Rider Brito. **AGRAVANTE:** Companhia Fabril de Juta de Parintins (Dr. Deusdedit Freire Brasil). **AGRAVADO:** Manoel Costa Lima.

**EMENTA:** O pagamento dos emolumentos de agravo de petição, após o prazo, torna o apelo deserto.

**DECISÃO:** Por unanimidade, não conheceram do agravo, por não pagamento dos emolumentos dentro do prazo.

**AC. nº 1.021/87. PROC.TRT RO 636/87. 4a. JCU de Belém. PROLATOR:** Juiz Semiramis Ferreira. **RECORRENTES:** Alba Célia Neves de Almeida e Ana Maria Leitão Carvalho (Dr. Altemar Paes). **RECORRIDO:** Estado do Pará - Secretaria de Estado de Agricultura (Dra. Maria da Consolidação Moraes Rabello).

**EMENTA:** Embora intitulada como de função, a gratificação paga pelo Estado tinha apenas a finalidade de melhorar a remuneração das reclamantes pelo exercício do simples cargo de auxiliar administrativo, forma aliás muito usada na administração pública. Chefes, eles nunca foram, ficou prova dos autos.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do recurso; por maioria de votos, deram-lhe provimento, para julgar totalmente procedentes as reclamações, mandando pagar às reclamantes os valores que as mesmas vinham recebendo a título de gratificação de função a partir de janeiro de 1985, com as conseqüentes repercussões. Custas pela reclamada na quantia de Cz\$469,82 sobre o valor arbitrado para a condenação, Cz\$10.000,00.

**AC. nº 1.022/87. PROC.TRT RO 435/87. JCU de Santarém. RELATOR:** Juiz Rider Brito. **RECORRENTE:** Severino de Lima (Dr. Raimundo Nivaldo Duarte). **RECORRIDA:** Mineração Rio do Norte S/A (Dr. Adalberto Maia Vilar).

**EMENTA:** Quando o empregado tem o seu horário controlado por cartões de ponto, por eles deve ser aferida a jornada diária de trabalho.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do recurso e negaram-lhe provimento, para confirmar a sentença recorrida.

**AC. nº 1.023/87. PROC.TRT AP 673/87. 1a. JCU de Belém. RELATOR:** Juiz Pedro Mello. **AGRAVANTE:** Antônio de Jesus Valente Rodrigues (Dr. Roberto M. Ferreira). **AGRAVADO:** Banco Nacional S/A (Dra. Lívia C. Chermont).

**EMENTA:** Citada a executada para pagar o valor apurado e cumprindo ela a obrigação em tempo hábil, não há porque efetuar-se atualização de cálculos.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do agravo e negaram-lhe provimento, para manter a decisão agravada.

**AC. nº 1.024/87. PROC.TRT AP 602/87. 4a. JCU de Belém. PROLATOR:** Juiz Rider Brito. **AGRAVANTE:** José Américo Pinheiro Duarte (Dra. Erlene Gonçalves Lima). **AGRAVADAS:** Sotave Norte S/A, Sotave Amazônia Química e Mineral S/A e Fundação Mário Coutinho (Dr. Ricardo Paulo de Lima Sampaio).

**EMENTA:** Enquanto a executada não efetua o pagamento do valor da condenação, continuam fluindo e devem ser apurados os quantitativos devidos a título de juros de mora e correção monetária, de acordo com a legislação então vigente.

**DECISÃO:** Por unanimidade, conheceram do agravo; no mérito, por maioria de votos, deram-lhe em parte provimento para determinar que os juros de mora e a correção monetária devidos ao executado sejam calculados até o dia 11 de fevereiro de 1987; por unanimidade, mantiveram a decisão em seus demais termos.

Belém, 8 de julho de 1987.

JOSE CAVALCANTE DE SOUZA  
Diretor do Serviço de  
Acórdãos e Jurisprudência,  
em substituição.

(G.R.nº18771)

PROCESSO TRT Nº RO 140/87

**RECORRENTE:** ESTACON ENGENHARIA S/A  
Advogado: Dr. Mário Sérgio Pinto Tostes  
**RECORRIDO:** JOAO ANTONIO MIRANDA DA CRUZ  
Advogado: Dr. Vanilson Mesketh

DESPACHO

I - Revista em ordem, fundamentada em ambas as alíneas do art. 896 consolidado.

II - Em grau de revista volta-se a discutir a jornada de trabalho do profissional médico. Tendo em vista que a Oitava Regional, através do v. Acórdão de fls. 180/187, manteve o deferimento de horas extras e conseqüências, a reclamada interpôs apelo extraordinário, insurgindo-se, de igual modo, contra o deferimento do adicional de transferência. Aponta violação dos arts. 8º e 12 da Lei 3.999/61 e 469, § 3º, da CLT, além de atrito de jurisprudência.

III - A revista, entretanto, parece-nos ineficaz. Quanto à alegada violação dos dispositivos da Lei 3.999/61, é a própria recorrente que declara, de modo expresso, às fls. 173 e 174: "... vonis concessa, quer a recorrente discordar da tese do relemente recorrido e acatada pelo Egrégio Regional, posto que a interpretação que dá ao texto não é a correta ...". O entendimento da MM. Junta, ratificado pelo Egrégio Tribunal Regional, é a negação da faculdade prevista no art. 12 e denota uma interpretação retrógrada do espírito da Lei 3.999 .... Como se vê, é a própria recorrente que reconhece tratar-se de uma questão de interpretação da Lei 3.999/61. E interpretação da lei não onera a admissibilidade da revista, salvo quando apoiada em divergência de jurisprudência (art. 896, "a", da CLT).

Por sua vez, a alegada divergência jurisprudencial não nos parece ter sido configurada. A esse respeito, cabe lembrar à tese da decisão impugnada, às fls. 168, segundo a qual "aqui, como se enfatizou acima, o contrato firmado entre as partes contrariou expressamente normas especiais relativas ao trabalho dos médicos, ignorando por completo a Lei 3.999/61". A argumentação do recurso não demonstra o contrário. Assim, o acerto do fls. 178 não se ajusta à hipótese em que a Lei 3.999/61 foi ignorada, nem contraria o Enunciado 143 do TST. Os ajustes do fls. 177 e 178 dos autos servem à configuração da divergência porque oriundos das Turmas do TST.

IV - Ante o exposto, denego a interposição do apelo. Intime-se.

Belém, 1º de julho de 1987.

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS  
Juiz Togado, no exercício da  
Presidência

(G.R.n.18835)

PROCESSO TRT Nº RO 341/87

**RECORRENTE:** ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A  
Advogado: Dra. Paula Fernando Maia Brasil  
**RECORRIDO:** JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA DA PEDRA  
Advogado: Dra. Heliana Denise da Silva Sene

DESPACHO

I - Revista em ordem, fundamentada em ambas as alíneas do art. 896 consolidado.

II - São dois os pontos de inconformismo da reclamada: o deferimento do adicional de periculosidade, sem a perícia técnica, e de equiparação salarial. Em grau de revista aponta violação da lei e atrito de jurisprudência.

III - Como frizou a decisão impugnada (fls. 138), o art. 1º da Lei 3.999/61 exige a perícia para a caracterização e a prova da insalubridade. Entretanto, esse mesmo dispositivo faculta (§ 1º) às empresas a realização da perícia, em seus estabelecimentos, com esse objetivo.

A reclamada aduziu estar promovendo a realização dessa perícia. Por sua vez, a Egrégia Corte levou em conta o longo período para a realização dessa tarefa - uma perícia infundável, disse a Junta.

Por outro lado, os autos revelaram que o recorrido trabalhava na manutenção de fornos, de elevada temperatura.

De nossa parte, concordamos, data venia, com a tese da decisão impugnada. Por essas circunstâncias, parece-nos que não houve violação da lei. Uma das características do processo trabalhista é a celeridade, o que entendemos ter sido observado, prescindindo de uma informação técnica cujo resultado é previsível. Não é à-toa que o dispositivo em tela consta da CLT, mas serve de parâmetro para determinados casos. A faculdade de concedida ao empregador nem sempre é aproveitada, opixando sua discussão aos casos concretos. De outra sorte, o assunto incide em questão fática, não mais reapreciável em grau de revista. Deste modo, para não, não restou configurado o conflito de lei, nem a divergência, esta porque os acórdãos trazidos à colação versam sobre matéria de prova.

IV - Em relação à equiparação salarial, a pendência é essencialmente fática, razão pela qual entendemos improcedentes os alegados conflitos, pretoriano e de infringência a texto da lei.

V - Ante o exposto, denego a interposição do revista. Intime-se.

Belém, 2 de julho de 1987.

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS  
Juiz Togado, no exercício da  
Presidência



NOT TRT SJ nº 2236/87

Belém, 15.7.87

NOTIFICAO J. N. CAVARGANTE, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi designado do o próximo dia 3.8.87, a partir das 14:00 horas, para julgamento do processo TRT RO 922/87, em que são partes RAIMUNDO DO SOCORRO GONÇALVES CORREIA (re corrente) e ESTACON ENGENHARIA S/A. e J. N. CAVARGANTE (recorridas).

Saudações,

MARIA DE NAZARE R. SANTOS  
Chefe da Seção de Processos  
Substituta

(G.R.nº18870)

NOT TRT SJ nº 2201/87

13.07.87

NOTIFICAO SUBEMPREENTEIRA C. C. S. ENGENHARIA LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi designado o próximo dia 27.7.87, a partir das 14:00 horas, para julgamento do processo TRT RO 907/87, em que são partes EDSON CARVALHO IRA GA (recorrente) e M. ROSCOE S/A - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (recorrida) e SUBEMPREENTEIRA C. C. S. ENGENHARIA LTDA. - litisconsorte.

Saudações,

MARIA DE NAZARE R. SANTOS  
Chefe da Seção de Processos  
substituta

(G.R.nº18849)

NOT TRT SJ Nº 2241/87

Belém, 15.7.87

NOTIFICAO SUB-EMPREENTEIRA LIMPOLAR LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi designado o próximo dia 5.8.87, a partir das 14:00 horas, para julgamento do processo TRT RO 890/87, em que são partes PEDRO CORREIA (recorrente) e M. ROSCOE S/A - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO e SUB-EMPREENTEIRA LIMPOLAR LTDA. (recorridas).

Saudações,

MARIA DE NAZARE R. DOS SANTOS  
Chefe da Seção de Processos  
Substituta

(G.R.nº18868)

## JUSTIÇA DO TRABALHO

### PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO, Juiz do Trabalho, Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem, que no dia 11 de agosto de 1.987, às 15:20 horas, na Sede desta Junta na Travessa D. Pedro I, nº 750 será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem o ferecer o maior lance, o bem penhorado na execução movida por MOISÉS DA SILVA CUNHA, contra ENEL ENGENHARIA S/A, nos autos da CPE nº 14JCJ-14/87, bem esse que se encontra no Depósito do TRT da 8ª Região e que é o seguinte:

"01 (uma) máquina de escrever elétrica, marca Olivetti Telme 3, cor cinza, com 200 espaços, no estado. Valor da Avaliação..... CZ\$-4.000,00  
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO-CZ\$-4.000,00  
(QUATRO MIL CRUZADOS)".

Quem pretender arrematar dito bem deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado na imprensa Oficial do Estado e fixado no lugar de costume, na Sede desta Junta, na Travessa D. Pedro I nº 750 - bloco 32 - 2º andar.

DADO e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete. Eu, (Maria Raimunda dos Santos), Auxiliar Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Raimundo Nonato da Silva), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO

Juiz do Trabalho,

Presidente da 1ªJCJ de Belém.

(G.Reg. nº 18846)

### EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO, Juiz do Trabalho, Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem, que no dia 7 de agosto de 1.987, às 15:20 horas, na Sede desta Jun

ta na Travessa D. Pedro I, nº 750 será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem o ferecer o maior lance, o bem penhorado na execução movida por COSME CONCEIÇÃO TAVARES, contra TRANSPORTE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, nos autos do Processo nº 14JCJ-937/84, bem esse que se encontra na Rodovia Arthur Bernardes nº 1249, que é o seguinte:

"01 (uma) máquina estopadeira, marca marajó, elétrica, nº 47489, série 8801, cor verde, no estado. Valor da Avaliação..... CZ\$- 40.000,00  
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO-CZ\$ 40.000,00  
(QUARENTA MIL CRUZADOS)".

Quem pretender arrematar dito bem deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado na imprensa Oficial do Estado e fixado no lugar de costume, na Sede desta Junta, na Travessa D. Pedro I, nº 750 - 32 bloco - 2º andar.

DADO e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos quatorze dias do mês de julho, do ano de mil novecentos e oitenta e sete. Eu, (Maria Raimunda dos Santos), Auxiliar Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Raimundo Nonato da Silva), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO

Juiz do Trabalho,

(G.R.nº18857) Presidente da 1ªJCJ de Belém

### SEGUNDA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

#### EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente Edital de Citação, fica a empresa INTERNACIONAL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, ora em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº 24-JCJ-035/84, em que é reclamante RAIMUNDO RODRIGUES DE ANDRADE E OUTROS, para pagar, ou garantir a execução, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento do débito existente nos autos supra, no prazo de quarenta e oito horas da publicação deste, devidos a título de principal e custas no processo supra aludido, conforme resumo:

#### RESUMO -

Principal..... CZ\$-14.558,04

Custas..... 582,32

CZ\$-15.140,36

Caso não pague, nem garanta a execução, no prazo supra, proceder-se-á a penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento do débito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos oito dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e sete. Eu, (José Eduardo Andrade Pinz), Auxiliar Judiciária, datilografei e eu, (Maria Luiza Nobre de Brito), Diretora de Secretaria Subscrevi.

MURILLO ANTONIO A. DE ALENCAR

Juiz do Trabalho.

### TERCEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

#### EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO: 34JCJ-1897/86

EXEQUENTE: JOSÉ MARIA FERREIRA

EXECUTADO: SERVIÇO DE SEGURANÇA DO SEU PATRIMÔNIO DE MARIA ZULMILDES RAMOS PINHEIRO

Pelo presente EDITAL fica citada a empresa SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO SEU PATRIMÔNIO DE MARIA ZULMILDES RAMOS PINHEIRO, com endereço incerto e não sabido, executada no Processo número 34JCJ - 1897/86 em que é exequente JOSÉ MARIA FERREIRA, para pagar no prazo de quarenta e oito (48) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de CZ\$-49.137,53 (QUARENTA E NOVE MIL, CENTO E TRINTA E SETE CRUZADOS, CINCENTA E TRÊS CENTAVOS), correspondente ao principal e custas a que foi condenado nos termos da sentença prolatada no Processo acima referido.

Caso não pague e nem garanta a execução no prazo estabelecido, proceder-se-á a penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

CUMPRIDA NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos dez dias do mês de julho do ano de 1987. Eu, (Wilma A. Fiel), Aux. em Ativ. Judiciária, datilografei. E eu, (José Cavalcante da Silva), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

(José Cavalcante da Silva), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

FILMENA M. JORGE CHAVES

Juiz do Trabalho, no exercício  
da Presidência da 3ªJCJ de Belém

(G.Reg.18853)

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 34JCJ-818/87

RECLAMANTE: MANOEL JOSEMAR DA SILVA AVIZ

RECLAMADO: MANOEL PIRES - "SANTOS PIRES"

Pelo presente EDITAL, fica notificado o Sr. MANOEL JOSEMAR DA SILVA AVIZ, com endereço incerto e não sabido, reclamante nos autos do Processo número 34JCJ-818/87 em que é reclamado MANOEL PIRES - "SANTOS PIRES" a pagar, na Secretaria desta Junta, a importância de CZ\$-469,02 (QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE CRUZADOS, DITENTA E DOIS CENTAVOS), referente as custas a que foi condenado nos autos do supracitado Processo.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos quinze dias do mês de julho do ano de 1987. Eu, (Wilma A. Fiel), Aux. em Ativ. Judic., datilografei. E eu, (José Cavalcante da Silva), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

FILMENA M. JORGE CHAVES

Juiz do Trabalho, Presidente,  
em exercício, da 3ªJCJ de Belém

(G.R.nº18855)

#### EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO: 34JCJ-34/87 - CPE

EXEQUENTE: ANTONIO EVANGELISTA SANTANA E OUTRO

EXECUTADO: EMDEL - EMPRESA DESMATADORA LTDA.

Pelo presente EDITAL fica citada a empresa EMDEL - EMPRESA DESMATADORA LIMITADA, com endereço incerto e não sabido, executada no Processo nº 34JCJ-34/87-CPE, em que é exequente ANTONIO EVANGELISTA SANTANA E OUTRO, para pagar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a importância de CZ\$-29.473,38 (Vinte e Nove MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS CRUZADOS, TRINTA E OITO CENTAVOS), correspondente ao principal e custas a que foi condenado nos autos do Processo mencionado.

Caso não pague e nem garanta a execução no prazo estabelecido, proceder-se-á a penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

CUMPRIDA NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos treze dias do mês de julho do ano de 1987. Eu, (Wilma A. Fiel), Aux. em Ativ. Judiciária, datilografei. E eu, (José Cavalcante da Silva), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

FILMENA M. JORGE CHAVES

Juiz do Trabalho, no exercício  
da Presidência da 3ª  
JCJ de Belém.

(G.R.nº18854)

### QUARTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Prazo de cinco dias)

O Doutor F. V. DE AZEVEDO NETO, Juiz do Trabalho no exercício da Presidência da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

Pelo presente Edital fica notificada a senhora DINA DA SILVA AMORIM, que se encontra em lugar incerto e não sabido, embargante nos autos do Processo nº 44-JCJ-268/86, em que é embargado GABRIEL FERNANDES ROSA, para ciência de que no dia 29 (vinte e nove) de junho de 1987, foi proferido o seguinte despacho: "SENDO AÇÃO, E NÃO RECURSO, MESMO NO FEITO TRABALHISTA EM CURSO, DE VEM OS EMBARGOS DE TERCEIRO, ESTABELECIDOS NO PRECEDENTE COMUM E NÃO NO ESPECIALIZADO, SE SUBMETTER



AS REGRAS DO ART. 282 DO CPC, CONSOANTE PREVISÃO DO ART. 1.050 DO MESMO CÓDIGO, PORTANTO A FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA É UM DOS REQUISITOS ESSENCIAIS A QUE A PARTE SE SUJEITA, NÃO CONTENDO A INICIAL ESSA PRESENTAÇÃO LEGAL, NOUVE DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA SUA OBSERVÂNCIA, EXPEDIDA A RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM VISÍVEL CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 284 DO CITADO DIPLOMA LEGAL, OCORRE QUE A DILIGÊNCIA NÃO FOI CUMPRIDA - JÁ ULTRAPASSADOS 15 DIAS - EM RAZÃO DO QUE INDEFIRO A PEÇA DE INGRESSO, EX VI DO ART. 284, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL JÁ REFERIDO, EM CONSEQUÊNCIA, DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO (ART. 267, I)."

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 15 dias do mês de julho de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta Maria Navegantes), Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

F. V. DE AZEVEDO NETO  
Juiz do Trabalho Presidente  
em exercício

(G.R.nº 18873)

# EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Prazo de cinco dias)

O Doutor F. V. DE AZEVEDO NETO, Juiz do Trabalho no exercício da Presidência da MM. Quinta Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

Pelo presente Edital, por mim assinado, fica notificado o senhor FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO, que se encontra em lugar incerto e não sabido, reclamante nos autos do processo trabalhista nº 54. JCG-656/87, em que é reclamada CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A., para ciência de que no dia 26 de junho de 1987, às 16,40 horas, foi prolatada a sentença, cujo teor digo, cuja conclusão é a seguinte: "RESOLVE A MM. QUINTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM SEM DIVERGÊNCIA, JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO AJUIZADA POR FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO CONTRA CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A., À MINGUA DE AMPARO LEGAL. CUSTAS PELO RECLAMANTE, NO IMPORTE DE CZ\$252,14, CALCULADAS SOBRE O VALOR FIXADO COMO ALÇADA QUE ORA SE A DOTA PARA ESTE EFEITO".

## CUMPRE-SE NA FORMA DA LEI.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 15 dias do mês de julho de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

F. V. DE AZEVEDO NETO  
Juiz Presidente

(G.R.nº 18850)

## QUINTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica notificado LONDON EDITORA BRASILEIRA LTDA., reclamada nos autos do processo nº 54. JCG-690/87, em que DELOI MARIA MENDES DA MOTA é reclamante, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para ciência de que foi prolatada sentença nos referidos autos, cujo teor é o seguinte: "RESOLVE A 5ª JCG DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, JULGAR SEM DIVERGÊNCIA, TOTALMENTE PROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO AJUIZADA POR DELOI MARIA MENDES DA MOTA CONTRA LONDON EDITORA BRASILEIRA LTDA. PARA CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR A RECLAMANTE A IMPORTÂNCIA DE CZ\$48.665,00 A TÍTULO DE COMISSÕES RETIDAS, 13% SALÁRIO, FÉRIAS PROPORCIONAIS (4/12), DE ACORDO COM A PETIÇÃO INICIAL E OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO E MAIS O QUE FOR AFURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA A TÍTULO DE FOGS MAIS OS ARTIGOS 9º e 22 DO REFUNDOS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. A SECRETARIA DEVERÁ PROCEDER ÀS ANOTAÇÕES DA CTPS DA RECLAMANTE DE ACORDO COM OS DADOS DA INICIAL, COMUNICANDO TAL ASSINATURA AS AUTORIDADES COMPETENTES. Custas pela reclamada CZ\$1.418,05, calculadas sobre o valor da condenação arbitrada em CZ\$60.000,00. Notificar a reclamada".

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 15 dias do mês de julho do ano de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
Juiz do Trabalho

(G.R.nº 18872)

### EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente EDITAL, fica citada LONDON EDITORA BRASILEIRA LTDA., que se encontra em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Proc. 54 JCG-641/87 em que é exequente JOSÉ CARLOS REIS, para pagar em quarenta e quatro horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora a quantia de CZ\$9.560,70 (Nove mil, quinhentos e sessenta cruzados e setenta e sete centavos), correspondente ao principal e custas, nos termos da decisão proferida no referido processo, em audiência de 01.06.87.

#### RESUMO:

Principal ..... CZ\$-8.658,52  
Custas de Condenação ..... CZ\$-391,84  
Custas de Execução ..... CZ\$-510,34  
TOTAL ..... CZ\$-9.560,70

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

O QUE CUMPRIR, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 13 dias do mês de julho de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

(G.Reg.nº 18874)

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica notificado o Sr. AMADEU DE MELO CHAVES JUNIOR/M/M-JOSIANE DE CÁSSIA, reclamada nos autos do Processo nº 54. JCG-757/87, que se encontra em lugar incerto e não sabido, em que é reclamante PAULO MONTEIRO DOS SANTOS, para ciência de que foi ajuizada reclamação trabalhista, com audiência designada para o dia 31.08.87, às 13:00 horas, tendo o reclamante declarado o seguinte: ADMISSÃO: 14.03.86; DEMISSÃO: 05.11.86; PROFISSÃO marítimo; HORÁRIO DE TRABALHO: 18:00 às 24:00 horas; RECLAMA: soldada base de 14/03 a 31/03.. CZ\$-7.410,85; de 01/09 a 05/11... CZ\$-3.067,88; gratificação de função: 14/03 a 31/08... CZ\$-1.852,69; de 01/09 a 05/11... CZ\$-767,12; horas extras: 14/03 a 31/08... CZ\$-5.703,75; 01/09 a 05/11... CZ\$-2.362,14; repousos remunerados: 14/03 a 31/08... CZ\$-2.855,79 de 01/09 a 05/11... CZ\$-1.121,40; adicional de insalubridade: 14/03 a 31/08... CZ\$-1.482,18 e de 01/09 a 05/11... CZ\$-613,80; aviso prévio: CZ\$-3.925,00; férias proporcionais: 8/12... CZ\$-3.925,00; férias proporcionais, digo, gratificação natalina 8/12... CZ\$-2.636,66; adicional noturno; guias AM/FGTS-código 01; juros e correção monetária, ilíquido, totalizando: CZ\$-36.435,92 mais ilíquido.

Nessa audiência deverá V. SA. oferecer as provas que julgar necessárias, consistente de documentos ou testemunhas, estas no máximo de três.

O não comparecimento de V. SA. à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revolta e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. SA. estar presente, independentemente do comparecimento de seus representantes, sendo-lhe facultado o fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento de fato e cujas declarações obrigarem o proponente.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 13 dias do mês de julho de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
Juiz do Trabalho

(G.R.nº 18856)

### EDITAL DE PRAÇA, com prazo de 20 dias,

referente ao Proc. 54. JCG-207/86.

O Doutor ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA, Juiz do Trabalho, Presidente da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem, que no dia 14.08.87, às 16:05 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance os bens penhorados na execução movida por ELIAS RODRIGUES MESQUITA, contra P. R. DISTRIBUIDORA DE APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICA LTDA., bens esses que são os seguintes:

- 01 (uma) Caixa de madeira, com três gavetas, em carejela, sem fechadura, no estado. Valor atribuído: CZ\$-1.800,00 (Hum mil e oitocentas cruzados).
- 01 (hum) Circulador de ar, marca ARNO, cores verde e cinza, sem número visível, no estado. Valor atribuído: CZ\$-300,00 (Trezentos cruzados).

Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no "Diário Oficial" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 13 de julho de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

(G.R.nº 18871)

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica notificado C. ORUZ, reclamada nos autos do Processo nº 54. JCG 674/87, que se encontra em lugar incerto e não sabido, em que é reclamante EYKO KOYAMA, para ciência de que foi prolatada sentença nos referidos autos, cujo teor é o seguinte: "POR TALS FUNDAMENTOS E MAIS OS QUE INTEGRAM OS AUTOS, RESOLVE A QUINTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, SEM DIVERGÊNCIA, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO PARA CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR A RECLAMANTE O QUE FOR AFURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO (15 DIAS) SALÁRIO RETIDO, DIFERENÇAS DOS MESES DE MARÇO E ABRIL PELA NÃO INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS, DIFERENÇA DE ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS E FGTS RELACIONADAS A TODO O PERÍODO TRABALHADO, REPOUSO REMUNERADO REFERENTE A TODOS. O PERÍODO TRABALHADO.

AS HORAS EXTRAS E O ADICIONAL NOTURNO INTEGRAM O SALÁRIO DA RECLAMANTE PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS. SOBRE A CONDENAÇÃO JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA FORMA DA LEI. PARA A LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA A SECRETARIA DEVERÁ REQUISITAR OS ELEMENTOS QUE ACHAR NECESSÁRIOS. Custas pela reclamada de CZr 458,05, calculadas sobre o valor da alçada fixado em CZ\$12.000,00. Notificar a reclamada. Nada mais.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 13 dias do mês de julho do ano de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ:

ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
Juiz do Trabalho

(G.R.nº 18867)

### SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Prazo de oito (08) dias)

Pelo presente EDITAL fica notificada a SRA. DARCI MUNIZ MATOS, a qual se encontra estabelecida em lugar ignorado, para ciência de que foi efetivada a penhora em bem de sua propriedade constante de: UM IMÓVEL: TERRENO EDIFICADO COM O PRÉDIO NÚMERO 732, ANTIQ 270, SITUADO NA AV. JOSÉ BONIFÁCIO, TRECHO COM FRENO ENTRE AS AVENIDAS MAGALHÃES BARATA E GENTIL BITTENCOURT, NESTA CIDADE, MEDINDO 14,50 M DE FRENTE E DE EXTENSÃO PELA LATERAL DIREITA, POR UMA LINHA COM POSTA DE DOIS ELEMENTOS, O PRIMEIRO COM 18,50M, O SEGUNDO COM 16,70M E PELA ESQUERDA TAMBÉM POR UMA LINHA COMPOSTA DE DOIS ELEMENTOS, O PRIMEIRO COM 14,70M E O SEGUNDO COM 21,50M TENDO A LINHA TRAVESSÃO DOS FUNDOS 13,90M DE LARGURA, CONFINANDO À ALAMEDA A DIREITA COM O IMÓVEL Nº 742 E À ESQUERDA COM A ALAMEDA SEM DENOMINAÇÃO, TUDO CONFORME VERIFICAÇÃO "IN LOCO", PROCEDIDA pelos agrimessores da CODEM. O imóvel penhorado é para garantia da execução nos autos do processo nº 54 JCG-1.426/83, em que é reclamante PAULO DOS REIS E SILVA E OUTROS.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na Sede desta Junta. Aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete. Eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

(G.R.18848) CARLOS RENATO MONTES ALMEIDA  
Juiz do Trabalho - SUBSTITUTO

### EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente no exercício da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem, que, no dia 11 de agosto de 1987, às 14:00 horas, na sede desta Junta à Trav. D. Pedro I, 750, bl. B 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance o bem penhorado na execução movida por RAIMUNDO LOPES VELOSO, contra INDETEL-INDÚSTRIA ELETRÔNICA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, bem esse encontrado à Trav. Dr. Moraes, 715 e que é o seguinte:

- USO E GOZO DO RAMAL TELEFÔNICO Nº 222-6777 B, SUAS RESPECTIVAS AÇÕES, VALOR ATRIBUÍDO: CZ\$-30.000,00;

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 10 de julho de 1987. Eu, *[assinatura]* (Marta dos Anjos de Souza Corrêa), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* (Raimundo Nonato Mota de Souza), Diretor de Secretaria, subscrevi.

(G.R.nº 18847) CARLOS RENATO MONTES ALMEIDA  
Juiz do Trabalho - SUBSTITUTO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.

### EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho substituto, no exercício da presidência da sexta junta de Conciliação e Julgamento de Belém, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia dezoito de agosto de 1987, às 14:00 horas, na sede desta junta à Trav. D. Pedro I, 750, bl. B 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance o bem penhorado na execução movida por EUZÉBIO SEGADILHA COSTA NETO, contra CETERMAC CENTRAL TÉCNICA DE MÁQUINAS LTDA-MANUTEC-MANUTEC CRO TÉCNICA DE MÁQUINAS LTDA, bem esse localizado no Mosquito que abaixo se discrimina:

- UM LOTE DE TERRA DE Nº 36, QUADRA 09, MEDINDO 12,00 M DE FRENTE POR 36,00 M. DE FUNDOS, FAZENDO FRENTE PARA AUA "F", CONFINADO DO LADO DIREITO COM O LOTE Nº 37, À ESQUERDA COM O LOTE Nº 35 E AOS FUNDOS COM O LOTE Nº 09 DA MESMA QUADRA, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO "PARA BAIXO DO GUAJARA" NA LOCALIDADE DA VILA DE MOSQUEIRO, SITUADO NO IGARAPÉ MINERAL E MASSAGUARA. VALOR ATRIBUÍDO - CZ\$-60.000,00.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça".







## CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Presidente: LECYR RIODEADES

ACORDÃO Nº 00805  
(Processo nº 00207/87)Interessado: Desembargador Raimundo Hélio de Paiva Mello  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará  
Relator : Conselheiro Haroldo Julião da Gama

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas do Desembargador Raimundo Hélio de Paiva Mello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, exercício financeiro de 1986,

ACORDAM os Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por decisão unânime, aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Conselho a expedir o competente Alvará de Quitação em favor do Desembargador Raimundo Hélio de Paiva Mello, relativamente ao emprego da importância de Cz\$ 223.294,20 (duzentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e quatro cruzados e vinte centavos), registrando-se um saldo de Cz\$ 126.705,80 (cento e vinte e seis mil, setecentos e cinco cruzados e oitenta centavos), devidamente recolhido à Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Belém.

Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 18 de junho de 1987.

Conselheiro LECYR RIODEADES  
PresidenteConselheiro HAROLDO JULIANO DA GAMA  
RelatorConselheiro PAULO DOURADO  
Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Conselheiro LORIWAL MAGALHÃES  
Conselheiro LAERCIO FRANÇOFoi presente: Procurador Mara Lúcia Barbalho Cruz  
(G.R.nº 18793)ACORDÃO Nº 00907  
(Processo nº 01277/83)Interessados: ANTONIO ASSUNÇÃO COELHO e SULENIR BARROSO  
Responsáveis pelo SMER de Juruti  
Relator : Conselheiro Haroldo Julião da Gama

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas dos Srs. Antonio Assunção Coelho e Sulenir Barroso, responsáveis pelo Serviço Municipal de Estradas de Rodagem (SMER) de Juruti, exercício financeiro de 1983,

ACORDAM os Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por decisão unânime, aprovar a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Conselho a expedir o competente Alvará de Quitação em favor dos Srs. Antonio Assunção Coelho, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), no período de 01 a 31 de janeiro de 1983 e Sulenir Barroso, pelo emprego da importância de Cr\$ 2.351.492,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros), no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 1983, passando um saldo para o exercício de 1984 de Cr\$ 310.641,34 (trezentos e dez mil, seiscentos e quarenta e um cruzeiros e trinta e quatro centavos).

Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 18 de junho de 1987.

Conselheiro LECYR RIODEADES  
PresidenteConselheiro HAROLDO JULIANO DA GAMA  
RelatorConselheiro PAULO DOURADO  
Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES  
Conselheiro LORIWAL MAGALHÃES  
Conselheiro LAERCIO FRANÇO

Foi presente: Procurador Mara Lúcia Barbalho Cruz

EDITAL Nº 88/87  
(Processo nº 00584/83)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, dos Srs. TEODORO PARANHOS GURJÃO e LAERTE RODRIGUES DE MACEDO.

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará cumprindo o disposto no art. 158 do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, os Srs. Teodoro Paranhos Gurjão e Laerte Rodrigues de Macedo, ex-prefeito e prefeito municipal de São Caetano de Odivelas, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 00584/83, referente à Prestação de Contas do SMER, daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1983.

Belém, 15 de julho de 1987  
Conselheiro LECYR RIODEADES  
Presidente

(G. Reg. nº 18823-Dias: 16, 21 e 24/07/87)

EDITAL Nº 102/87  
(Processo nº 01508/84)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Sra. MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO ASSUNÇÃO.

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará cumprindo o disposto no art. 158 do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Maria das Graças Nascimento Assunção, Presidente do Centro Comunitário São Francisco de Assis, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação apresente defesa nos autos do Processo nº 01508/84, referente à Prestação de Contas daquele Centro, exercício financeiro de 1984.

Belém, 15 de julho de 1987  
Conselheiro LECYR RIODEADES  
PresidenteEDITAL Nº 103/87  
(Processo nº 01244/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Sra. WALDIRA DE MENEZES PICAÇO.

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará cumprindo o disposto no art. 158 do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Waldira de Menezes Picaço, Diretora da Escola Nova Aliança, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 01244/87, referente à Prestação de Contas daquela Escola, exercício financeiro de 1986.

Belém, 15 de julho de 1987  
Conselheiro LECYR RIODEADES  
PresidenteEDITAL Nº 104/87  
(Processo nº 00603/83)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, da Sra. EMÍLIA BARBOSA DA SILVA.

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará cumprindo o disposto no art. 158 do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, a Sra. Emília Barbosa da Silva, Diretora da Escola Comunitária Rio Jordão, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 00603/83, referente à Prestação de Contas daquela Escola, exercício financeiro de 1986.

Belém, 15 de julho de 1987  
Conselheiro LECYR RIODEADES  
PresidenteEDITAL Nº 105/87  
(Processo nº 01006/86)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDSON BATISTA LEITÃO.

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará cumprindo o disposto no art. 158 do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edson Batista Leitão, Prefeito Municipal de São Francisco do Pará, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 01006/86, referente à Prestação de Contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1985.

Belém, 15 de julho de 1987  
Conselheiro LECYR RIODEADES  
Presidente

(G.Reg. nº 18838-Dias: 17, 21 e 24/07/87)

## ANÚNCIO

CMBARRA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
C.G.C. (MF) 33.134.024/0001-92ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADAS EM 27 DE ABRIL DE 1987

01. Local e Hora: Na sede social da empresa na Trav. Frei André Bialgô, 312, Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, às 10:00 horas. 02. Mesa: Presidente: Jorge Henrique Donato. Secretário: Murilo da Cunha Donato. 03. Quorum de Instalação: Maioria qualificada dos Acionistas com direito a voto, conforme consta no livro de Presença de Acionistas. 04. Publicações de Avisos, Editais e outros documentos: a) O aviso de que trata o Artº 133 da Lei 6.404/76, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nos dias 31 de março, 01 e 02 de abril de 1987, nas páginas 02, 07 e 05 respectivamente e, no Jornal O Liberal nos dias 26, 27 e 30 de março de 1987, nas páginas 15, 15 e 26 respectivamente; b) O Edital de Convocação das Assembléias foi publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nos dias 10, 13 e 14 de abril de 1987, nas páginas 08, 06 e 05 respectivamente e, no Jornal O Liberal nos dias 10, 11 e 13 nas páginas 18, 16 e 18 respectivamente; c) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/86, foram publicados no Diário Oficial do Estado do Pará no dia 15 de abril de 1987, na página 09 e, no Jornal O Liberal no dia 15 de abril, na página 15. 05. Documentos e Propostas aprovados em Assembléia Geral Ordinária: Com abstenção dos legalmente impedidos de votar, foram aprovados os seguintes documentos e propostas: a) Relatório da Diretoria; b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/86, passando a expressão do capital social de Cz\$11.631.508,01 (onze milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e oito cruzados e um centavo) para Cz\$13.062.490,00 (treze milhões, sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa cruzados), mediante a capitalização da Reserva de Correção Monetária, no valor de Cz\$1.430.981,99 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, novecentos e oitenta e um cruzados e noventa e nove centavos), de acordo com o Artº 167 da Lei 6.404/76; c) Conta dos Administradores relativos ao exercício encerrado em 31/12/86; d) Do lucro líquido do exercício no valor de Cz\$21.853.428,43 (vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito cruzados e quarenta e três centavos) deliberou a Assembléia, de acordo com o Artº

AGVTE/APTE- José Maria Mendes de Souza (adv. Regina Ferreira Vaz)

APDA/AGVDA- Orlandina Gomes da Silva (adv. Raimundo dos Santos Souza)

RECURSO EX-OFFICIO DA 7ª Vara Penal

RECTE- Juíza de Direito da 7ª Vara Penal

RECD- Manuel Saraiva de Campos

APELAÇÃO CÍVEL - Capital

APTE-Waldo Rodrigues de Almeida (adv. Carlos Machado de Garcia)

APDA- Deuzarina Soares de Brito (adv. Maria Luciola Ferreira de Souza)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Jerônimo Corrêa Sodré (adv. Jacob José da Silva)

APTE- Benedito Raimundo da Silva (adv. Francisco Fidellis)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Isaac Barcessat (adv. Djalma Chaves)

APDO- Adriano de Queiros Santos (adv. Edilson Dantas)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Evilásio de Araújo Maia (adv. José Candido Neto)

APDA- Empresa de Navegação Aquidabam LTDA (adv. Acy Marcos dos Santos)

EM 17.7.87

APELAÇÃO CÍVEL - Capital

APTE- Virgínia Quaresma Neta (adv. Joselisa Keuffmann)

APDA- SAFRA - Crédito Financiamento e Investimento S/A (adv. Haroldo F. da Silva)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- NORTEXTIL - Indústria e Comércio do Norte LTDA (adv. Fernando Wanzeller)

APDA- COPEM - Construt. Paraense de Estrut. Metalíca LTDA (adv. Carlos Alcantarino)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Gonçalves Lopes Limitada (adv. Carlos Alcantarino)

APDOS- Matilde dos Santos Pereira de Azevedo e Amélia Arlete Pereira de Azevedo (adv. Abel Guimarães)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Edir de Souza Briglia (adv. em causa própria)

APDO- Luiz da Silva Maia (adv. Paulo Ernesto Souza)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Rosemiro Alberto Rodrigues (adv. Francisco Silvio Alves Viana)

APDO- Alberto Farias Coelho (adv. Luis Roberto Meira)

IDEM, IDEM, IDEM

APELAÇÃO CÍVEL - Capital

APTE- Edna Maria de Souza Bastos (adv. Joaquim de Oliveira Vasconcelos)

APDOS- Luiz Arizonas de Oliveira e s/mulher (adv. Nelson das Neves)

EM- 20.07.87

RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO - Capital

RECTE- A Justiça Pública

RECD- José Lucindo Batista (adv. Waldemar Felgeueiras Vianna)

APELAÇÃO PENAL - Capital

APTE- A Justiça Pública

APDA- Lucia Helena Silva Cunha (adv. Djalma de Oliveira Farias)

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Sérgio Ricardo Gomes Paiva (adv. Raimundo Pereira Cavalcante)

APDA- A Justiça Pública

IDEM, IDEM, IDEM

APTE- Maurício Pacheco da Fonsêca (adv. Rubens Nascimento Mota)

APDA- A Justiça Pública

IDEM, IDEM, IDEM - SANTARÉM

APTE- A Justiça Pública

APDO- Leonídio Vieira da Costa (adv. Antenor Rodrigues Lavor Filho)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Capital

AGVTE- José Maria Mendonça

AGVDO- Benjamin da Rocha Salim

(adv. Carlos Ferro e Paulo Lamarão respectivamente)

Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará- Belém, 20 de julho de 1987.

LUIS FARIA

SECRETÁRIO DO TJE. (G.Reg.nº 18866)



## JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ  
BOLETIM Nº 120/87

## JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Dr. ARISTIDES PORTO DE MEDEIROS - Juiz Federal da 2ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara  
Dr. JOSÉ AGUIAR BARROSO - Diretor da Secretaria Administrativa e da 1ª Vara

## EXPEDIENTE DO DIA 02.07.87

## PETIÇÃO

## Petição da CEF

## Adv.

## Assunto

Dr. Maria das Graças Campos Sório  
Vem manifestar desistência à oposição de embargos no que diz respeito à reintegração do exequente, processo nº 11.387.

## DESPACHO

N. A. Conclusos. Belém, PA, 02.07.87. (a) Dr. Aristides Porto de Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

## Petição da CEF

## Adv.

## Assunto

Dr. Maria Amélia Maia Franco  
Vem requerer o prosseguimento do feito, processo nº 19.477.

## DESPACHO

Idêntico ao anterior.

## Petição do INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL (IAA)

## Adv.

## Assunto

Dr. Waldir Macieira da Costa  
Vem requerer a transferência da prefallada quantia para o depósito em Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal ou da Poupança Ouro do Banco do Brasil, processo nº 23.524.

## DESPACHO

Idêntico ao anterior.

## Petição de JOSÉ FERNANDES CHAVES

## Assunto

Vem requerer a juntada de documentos, nos autos da Ação Penal em que é autora a Justiça Pública e como réu Oscar Ferreira Pereira. Belém, 02.07.87. (a) Dr. Aristides Porto de Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

## DESPACHO

Idêntico ao anterior.

## INQUÉRITO POLICIAL

## IPL

## DESPACHO

Nº 04/86 - DPF 2/MARABÁ  
I. Concedo, em prorrogação, prazo até ao dia 14.08.87 para complementação das diligências. II. Retornem os autos à esfera policial. Belém, 02.07.87. (a) Dr. Aristides Porto de Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

## AÇÃO PENAL

## PROCESSO

## Autora

## Proc. Rep.

## Réu

## Adv.

## DESPACHO

Nº 24.319  
A Justiça Pública  
Dr. Paulo Meira  
Francisco Rodrigues de Almeida  
Dr. Paulo Sérgio da Silva Rola  
Autuem-se em apartado cópias das peças de fls. 57/77 e verso, bem como deste despacho, vindo-me ambos os processos, em seguida, conclusos. Belém, 02.07.87. (a) Dr. Aristides Porto de Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

## JUÍZO FEDERAL DA SEGUNDA VARA

Dr. ARISTIDES PORTO DE MEDEIROS - Juiz Federal da 2ª Vara.

Dr. FERNANDO NEVES TOCANTINS - Diretor da Secretaria da 2ª Vara.

## EXPEDIENTE DO DIA 02.07.87

## TELEX

## Nº 1151:

## Assunto:

CJF/02.07.87.  
Comunica que, o Juiz Federal da 3ª Vara desta Seção, Dr. Daniel Paes Ribeiro, assumirá titularidade da 2ª Vara durante férias regulamentares do Dr. Aristides Porto de Medeiros. a) Ministro Gueiros Leite, Presidente do Conselho de Justiça Federal.

## Nº 1152

## Assunto:

CJF/02.07.87.  
Comunica que expediu ato designando o MM. Juiz Federal da 3ª Vara desta Seção Dr. Daniel Paes Ribeiro, para, sem prejuízo de sua jurisdição, assumir a titularidade plena da 1ª Vara de perodo de 01 a 30.07.87, da 2ª Vara de 06.07 a 04.08.87 e diretoria do Foro de 01 a 30.07.87. a) Ministro Gueiros Leite, Presidente do Conselho de Justiça Federal.

189 da Lei 6.404/76, destinando parte do seu valor equivalente a C\$27.186.619,58 (sete milhões, cento e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e nove cruzados e cinquenta e seis centavos) para a Conta de Projeções Acumuladas, absorvendo totalmente o seu saldo e transferindo o valor remanescente de C\$514.668.808,87 (quatorze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oito cruzados e oitenta e sete centavos) para a recém-criada Reserva do Lucro na Venda de Imóvel. Em virtude do aumento mencionado na letra "b" acima, o Artº 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artº 5º - O Capital Social é de C\$13.062.490,00 (treze milhões, sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove cruzados e 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias nominativas ou ao portador, à vontade do Acionista, todas sem valor nominal". Deliberou a Assembleia deixar de instalar o Conselho Fiscal no exercício. 06. Documentos e Propostas aprovados em Assembleia Geral Extraordinária: Suspensa a Assembleia Geral Ordinária. Instalou-se a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou: a) a re-ratificação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 31 de outubro de 1986, arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 149.347, por despacho de 26 de Janeiro de 1987 da 3ª Turma, a qual altera o Artº 3º do Estatuto Social, por erro de dactilografia, deixou de excluir em seu texto a fabricação de móveis. Face ao acima exposto, deliberou a Assembleia transcrever integralmente o texto do Artº 3º devidamente retificado: "Artº 3º - A Sociedade tem por objeto a atividade industrial e comercial de madeiras, derivados e congêneres, dentro e fora do país, podendo abranger, nesta sua finalidade, todo e qualquer negócio que tenha vinculação direta ou indireta com a cultura ou o aproveitamento irrestrito da madeira, destacando-se a exploração florestal e madeireira e, o reflorestamento", ratificando-se no mais, as referidas Assembleias; b) a reforma e consequente consolidação do Estatuto Social, visando a padronização e uniformização dos Estatutos das empresas coligadas e controladoras, passando o mesmo a vigorar como transcrito em anexo e a fazer parte integrante desta Ata; c) Aprovar a alienação do imóvel situado na Rodovia Presidente Dutra nº 1254 - Jardim América, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, efetuada em 29 de dezembro de 1986, cuja operação ora ratifica-se, por ter sido a mesma realizada visando unicamente o interesse e benefício da empresa, e considerando ter sido a sede da empresa transferida para esta cidade; d) O aumento do Capital Social de C\$13.062.490,00 (treze milhões, sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove cruzados) para C\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzados) através da capitalização de parte da Reserva de Lucro na Venda de Imóvel, equivalente a C\$13.937.510,00 (treze milhões, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e dez cruzados) de acordo com o Artº 78, §§ 2º e 3º da Lei nº 7.450/85, permanecendo o saldo de C\$27.298.87 (setecentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa e oito cruzados e oitenta e sete centavos) na respectiva Reserva. Face ao aumento acima mencionado, o Artº 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artº 5º - O Capital Social é de C\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzados) dividido em 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias nominativas ou ao portador, à opção do acionista, sem valor nominal. 07. Eleição do Conselho de Administração: Encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, abriu-se a Assembleia Geral Ordinária que elegeu, para compor o recém-criado Conselho de Administração, os seguintes membros: Srs. Arthur João Donato, Presidente, Roberto Bezerra Donato, Murilo da Cunha Donato e Jorge Henrique Donato. 08. Fixação dos honorários dos Administradores: Deliberou-se estipular a verba mensal global de até 200 (duzentas) Obrigações do Tesouro Nacional, a vigorar a partir da 01 de maio de 1987, e ser distribuída entre os Administradores, ficando o critério do Conselho de Administração a fixação dos honorários de cada Administrador. 09. Quorum de deliberação: As deliberações tomadas pelas Assembleias foram pela unanimidade dos Acionistas presentes. 10. Documentos anexos: Estatuto Social. 11. Lavratura e aprovação da Ata e encerramento das Assembleias: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes, encerrando-se, em seguida, as Assembleias. Assinado: Indústrias Reunidas Caneco S.A.; Arthur João Donato; Seraphim José Donato; Jorge Henrique Donato; Murilo da Cunha Donato. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Murilo da Cunha Donato - Secretário.

## ESTATUTO SOCIAL

## CIMBARRA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Sociedade - Artº 1º - Cimbarra S.A. Indústria e Comércio é uma sociedade, anônima constituída em 25 de abril de 1925, sob a denominação de Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus e que será regulada por este Estatuto Social e pela legislação em vigor. Artº 2º - A sede, domicílio e foro da sociedade são na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará. Parágrafo Único: Competirá ao Conselho de Administração autorizar a Diretoria abrir e encerrar filiais, agências, representações, departamentos ou escritórios, no país ou no exterior. Artº 3º - A sociedade tem por objeto a atividade industrial e comercial de madeiras, derivados e congêneres, dentro e fora do país, podendo abranger, nesta sua finalidade, todo e qualquer negócio que tenha vinculação direta ou indireta com a cultura ou o aproveitamento irrestrito da madeira, destacando-se a exploração florestal e madeireira e o reflorestamento. Artº 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e Ações - Artº 5º - O Capital Social é de C\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzados) dividido em 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias, nominativas ou ao portador, à opção do acionista, todas sem valor nominal. § 1º - A conversão das ações de uma forma em outra será feita mediante pedido escrito do acionista, correndo por sua conta as despesas respectivas. § 2º - As ações poderão ser representadas por certificados ou títulos múltiplos sempre assinados por dois Diretores, um dos quais será, obrigatoriamente, o Diretor Presidente. § 3º - As ações são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas dará direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Capítulo III - Das Assembleias Gerais dos Acionistas - Artº 6º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária, sempre que a lei e os interesses sociais o exigirem. § 1º - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por um acionista de sua livre escolha. § 2º - Os possuidores de ações ao portador, para participarem das Assembleias, deverão depositá-las na sede social até 3 (três) dias antes da data designada para a realização da respectiva Assembleia. Capítulo IV - Da Administração - Artº 7º - A Sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria na forma da lei e deste Estatuto. Artº 8º - Os administradores receberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral. Na hipótese de ser estipulada pela Assembleia uma verba global, o Conselho de Administração determinará os honorários de cada Conselheiro e de cada Diretor. Do Conselho de Administração - Artº 9º - O Conselho de Administração será composto de no máximo 11 (onze) e no mínimo 3 (três) membros, eleitos entre os acionistas para um mandato de 3 (três) anos pela Assembleia Geral que indicará o Presidente do Conselho e seu substituto. Artº 10º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente quando os interesses sociais o exigirem, na sede social, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros, os quais poderão ser representados por outro Conselheiro, através de procuração, carta, telegrama ou telex. Parágrafo Único: Das reuniões serão lavradas atas no "Livro de Atas da Reunião do Conselho de Administração". Artº 11 - Vagando cargo de Conselheiro, a primeira Assembleia Geral que se seguir decidirá pelo preenchimento ou não da vaga, e, se for o caso, elegerá novo Conselheiro para completar o mandato do substituído. § 1º - Na hipótese de vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração, o seu substituto, ou na falta deste, o Conselheiro mais antigo, exercerá interinamente a presidência, até que novo presidente seja eleito na primeira Assembleia Geral. § 2º - Caso o Conselho de Administração fique reduzido a menos de 3 (três) membros, convocará ao(s) Conselheiro(s) remanescente(s) convocarem 2 (dois) acionista(s) da sociedade, para recompor o órgão até a realização da primeira Assembleia Geral. Artº 12 - O Conselho de Administração se instalará, validamente, com a presença de pelo menos 3 (três) membros, deliberando por maioria de votos. Parágrafo Único: Havendo empate nas votações, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho de Administração. Artº 13 - Além das atribuições que lhe cabem por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração: a) estabelecer, em termos globais, a política da empresa a ser adotada pela Diretoria; b) eleger a Diretoria de 30 (trinta) dias contados do encerramento do mandato, dos Diretores, fixando-lhes, quando julgar necessário, atribuições específicas não expressas neste Estatuto; c) deliberar sobre a elaboração e alteração do Regimento Interno da sociedade, quando julgar conveniente; d) autorizar a Diretoria a alienar bens do ativo permanente, a constituir ônus e a prestar garantias a favor de terceiros. Esta autorização será desnecessária quando tais operações forem realizadas com empresas controladas, controladoras, interligadas ou em benefício de tais empresas; e) manifestar-se sobre a proposta da Diretoria de distribuição de dividendos e do Capital Social, fixando o preço de emissão das ações; f) decidir sobre as sobras de subscrição, após cumpridas as determinações legais; g) deliberar sobre a aquisição de ações de sua própria emissão pela sociedade, respeitados os limites legais; h) fixar normas para o reembolso de ações, respeitado o seu valor de patrimônio líquido apurado no último balanço aprovado pela Assembleia Geral; i) propor à Assembleia Geral: i) a criação de partes beneficiárias e debêntures; ii) a liquidação, dissolução, fusão, incorporação ou cisão da sociedade; iii) a alteração deste Estatuto. A Diretoria - Artº 14 - A Diretoria será composta de no máximo 9 (nove) e no mínimo 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente e podendo haver no máximo 2 (dois) Diretores Vices-Presidentes. § 1º - O mandato dos Diretores será de 1 (hum) ano, permitida a reeleição. § 2º - Os Diretores serão investidos em seus cargos por termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria", e, quando não reeleitos, exercerão suas atribuições até a posse de seus substitutos. § 3º - Das Reuniões da Diretoria, serão lavradas Atas no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria". Artº 15 - Os Diretores terão direito a honorários mensais que forem fixados pela Assembleia Geral, respeitada a hipótese prevista no artigo 8º deste Estatuto. Artº 16 - Ocorrendo vaga em cargo da Diretoria, definitiva ou temporária, o Conselho de Administração procederá a indicação do substituto, fixando o prazo de sua gestão, que não poderá ultrapassar o do substituído. Parágrafo Único: Sendo designado outro Diretor para exercer as atividades que compõem ao substituído, aquele não acumulará votos nas reuniões da Diretoria. Artº 17 - Compete à Diretoria, executar a política empresarial determinada pelo Conselho de Administração. Artº 18 - Aos Diretores se outorgam amplos poderes de administração "ad negotia", para, em conjunto ou separadamente, respeitado o disposto em lei e neste Estatuto, assegurar a plena gestão dos negócios sociais, representando a sociedade perante entidades públicas e privadas, no país e no exterior, repartições federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. Artº 19 - Todos os títulos de crédito, inclusive cheques, e todos os atos que impliquem responsabilidade para a sociedade ou exonerarem terceiros de obrigações para com ela, somente serão válidos quando assinados por dois Diretores, ou por um Diretor e um procurador. § 1º - Obedecido o artigo 13, letra "d" deste Estatuto, a alienação de bens integrantes do ativo permanente, bem como a constituição de ônus reais sobre os mesmos, quando não prevista nos planos e orçamentos da sociedade, dependerá de assinatura de dois Diretores. § 2º - Poderão ser assinados, isoladamente, por Diretor(es), ou procurador com poderes específicos, documentos que não importem em ônus para a sociedade, tais como recibos, ordens de pagamento, "bordereaux", endossos de cheques para depósitos nas contas bancárias da sociedade, livros comerciais e fiscais, notas fiscais, e demais documentos exigidos por leis, decretos ou regulamentos, inclusive os trabalhistas. § 3º - Os atos e documentos necessários à tramitação e formalização dos processos de expressão em geral, além de todos os atos, contratos, operações cambiais, movimentação de contas de agências ou escritórios, recebimentos e pagamentos a serem efetuados no exterior, poderão ser praticados e assinados por apenas um Diretor ou procurador, ambos legalmente habilitados com poderes específicos de representação, conforme deliberação em Reunião de Diretoria. § 4º - A constituição de procuradores para representar a sociedade requer a assinatura conjunta da dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, devendo ficar expresso no instrumento os poderes outorgados e o seu prazo de duração. § 5º - Os mandatos judiciais poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Artº 20 - A Diretoria reunir-se-á na sede social, quando necessário, e deliberará, por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, ou seu substituto em exercício, além de seu voto, o de desempate. Artº 21 - Compete ao Diretor Presidente: I - representar a Sociedade em Juízo ou fora dele; II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; III - a gestão ampla dos negócios sociais, com a colaboração dos demais Diretores; IV - desempenhar qualquer outra função que lhe for determinada pelo Conselho de Administração; e V - indicar, em reunião de Diretoria, o Diretor Vice-Presidente que o substituirá em suas ausências temporárias. Artº 22 - Compete aos demais Diretores colaborar com o Diretor Presidente na gestão dos negócios sociais, além de desempenharem as atribuições específicas que lhes forem determinadas pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único: A Diretoria poderá designar pessoa para ocupar o cargo de Diretor(es) Adjunto(s), cujas atribuições serão por ela determinadas, não possuindo, o(s) Diretor(es) Adjunto(s) poderes de representação da sociedade. Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artº 23 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com os poderes e atribuições que a lei lhe confere. Capítulo VI - Do Exercício Social - Artº 24 - O Exercício Social terminará em 31 de dezembro de cada ano. No fim do Exercício Social, proceder-se-á ao levantamento do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, de acordo com os preceitos legais, observando-se, quanto à destinação do resultado apurado, as seguintes regras: a) deduções dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda; b) sobre o lucro remanescente se houver, serão calculadas as importâncias que forem atribuídas pela Assembleia Geral à participação dos administradores, atendidas as limitações legais; c) o restante, que constitui o lucro líquido do exercício, após ser ele ajustado de acordo com o estabelecido no "capit" do Artigo 202 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, destinando-se 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e d) o lucro que remanescer após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinado à Reserva de Investimentos e Capital de Giro. § 1º - A Diretoria poderá levantar balanço intermediário e declarar dividendo a conta do lucro apurado nesse balanço, como antecipação do mínimo obrigatório. § 2º - A Reserva de Investimentos e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo de capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas coligadas e controladas. § 3º - O valor da Reserva de Investimentos e Capital de Giro não poderá ultrapassar o valor do Capital Social subscrito e integralizado, diminuído do valor de todas as reservas de lucros existentes, exceto a de contingência, e a de reavaliação e a de lucros a realizar, se houver. § 4º - A destinação de parte dos lucros para a constituição da Reserva de Investimentos e Capital de Giro, nos termos do disposto no "capit" deste artigo, letra "d", não poderá, em hipótese alguma, prejudicar a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, que será apurada e deliberada antes da formação da mesma. Capítulo VII - Da Dissolução e Liquidação - Artº 25 - A dissolução da sociedade, ressalvadas as hipóteses legais específicas, será decidida pela Assembleia Geral, que disporá quanto à forma da liquidação. Artº 26 - No caso de dissolução da sociedade, será mantido o Conselho de Administração, ao qual competirá nomear o liquidante. Parágrafo Único: O Conselho Fiscal poderá funcionar no curso da liquidação por convocação da Assembleia Geral. Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - Artº 27 - Na omissão deste Estatuto, prevalecerão os preceitos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e demais diplomas legais aplicáveis. CERTIDÃO: Junta Comercial do Estado do Pará - Certifico o arquivamento deste documento sob o número abaixo: 001026. Em 06/07/87. Socorro Soares - Sec. Geral.

## ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1987

Às 15:00 horas do dia 27 de abril de 1987, reuniu-se em sua sede social, o Conselho de Administração da Cimbarra S.A. Indústria e Comércio, com a presença de todos os seus membros. Assumiu a direção dos trabalhos o Presidente do Conselho, Sr. Arthur João Donato, que convidou para Secretário o Conselheiro, Sr. Murilo da Cunha Donato. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente informou que, pela primeira vez, instalava-se o Conselho de Administração da Sociedade, recém-criado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, pelo que desejava ao órgão pleno sucesso no desempenho das suas atividades. Pela ordem manifestaram-se os Conselheiros, Srs. Jorge Henrique Donato, Murilo da Cunha Donato e Roberto Bezerra Donato, todos endorsing os votos do Sr. Presidente. Em seguida, declarou o Sr. Presidente que a Reunião tinha por objetivo eleger os Diretores para o próximo exercício social. Após os debates, concluiu o Conselho, à unanimidade, reeleger os mesmos Diretores do exercício anterior, a saber: Diretor Presidente Jorge Henrique Donato, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Humaitá, nº 282, aptº 1402, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 924.378, expedida pelo I.F.P., inscrito no C.P.F. sob o nº 027.708.497-00 e Diretor Vice-Presidente Sr. Seraphim José Donato, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Ramon Franco, nº 120 - aptº 201, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 474.484, expedida pelo I.F.P., inscrito no C.P.F. sob o nº 007.747.827-49, permanecendo vagos os demais cargos. Nada mais havendo a tratar, foi lida, aprovada e assinada esta Ata, encerrando-se em seguida a Reunião. Arthur João Donato; Jorge Henrique Donato; Murilo da Cunha Donato; Roberto Bezerra Donato. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Murilo da Cunha Donato - Secretário. CERTIDÃO: Junta Comercial do Estado do Pará - Certifico o arquivamento deste documento sob o número abaixo: 001027. Em 06/07/87. Socorro Soares - Sec. Geral.

(T. nº 09428-Reg. nº 24680-Dia: 21/07/87)



DESPACHOS: dos autos n.ºs. 1151 e 1152.  
a) Secretaria. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

**PETIÇÕES:**

Do: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Paulo Meira.  
Assunto: Vem apresentar razões contra a decisão proferida nos autos de Ação Penal de n.º 17984.

DESPACHO: N.A. Conclusos. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

Do: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Almerindo Trindade.  
Assunto: Vem Interpor Recurso em Sentido Estrito nos autos de Ação Penal n.º 30111.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.  
Do: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Almerindo Trindade.

Assunto: Vem apresentar as razões de Recurso interposto nos autos de Ação Penal n.º 32510.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.

Do: IAPAS.  
Advogada: Dra. Vera Lúcia Lima dos Santos.  
Assunto: Vem dizer que nada tem a opor com relação ao pagamento da dívida na execução de n.º 18189.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.

Do: Abelardo Fortes da Costa e outros.  
Advogado: Dr. Sebastião Simões de Oliveira.  
Assunto: Vem cumprir despacho nos autos do Procedimento Ordinarário n.º 29243.

DESPACHO: Idêntico ao anterior.

Do: IAPAS.  
Advogado: Dr. José Alberto Batista Santos.  
Assunto: Solicita providências no Processo de Execução n.º 31226.

DESPACHO: N.A. A conta. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

**INQUÉRITO POLICIAL:**

N.º 215/86-SR/DPF/PA.

DESPACHO: Defiro o requerimento do representante do Ministério Público, mando retornar os autos à esfera policial, ora concedido prazo até ao dia 12 de agosto vindouro para realização das diligências. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

**DESPACHOS EM PROCESSOS:**

N.º 9673 Ação Penal.  
Autor: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Paulo Meira.  
Réu: Menassegen Maman.  
Def.: Dr. Aristarcho E. dos Santos Filho.  
DESPACHO: Cumpra-se o disposto no art. 499 do Código de Processo Penal. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides P. de Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

N.º 15907 Ação Penal.  
Autor: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Almerindo Trindade.  
Réu: José Wilson Reis Pereira.  
Advogada: Dra. Waldete Silva de Souza.  
DESPACHO: I - Cumpra-se o ordenado na segunda parte do item I do despacho de fls. n.º 205. II - Vista ao representante do Ministério Público Federal para contrarrazoar a Apelação interposta pelo réu, querendo, no prazo legal. III - Posteriormente me manifestarei sobre o contido a fls. 200/203 e 215. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

N.º 25994 Ação Penal.  
Autor: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Almerindo Trindade.  
Réu: Joseph Roberto de Nazareth Ong e outros.  
DESPACHO: Diga o representante do Ministério Público. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

N.º 29144 Ação Penal.  
Autor: Ministério Público Federal.  
Rep. do MP: Dr. Almerindo Trindade.  
Réu: Fernando Magalhães Ramos.  
DESPACHO: Expeça-se novo Mandado de Citação para cumprimento no endereço expressamente referido na denúncia. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

N.º 17710 Mandado de Segurança.  
Impetrante: Continental de Pesca Ltda.  
Advogado: Dr. José Guilherme de Campos Ribeiro.  
Impetrado: Responsável pela arrecadação e fiscalização do IAPAS.  
DESPACHO: Cumpra-se a r. decisão da instância ad quem. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

N.º 29142 Mandado de Segurança.  
Impetrante: Distribuidora de Redes Elecorine Ltda.  
Advogado: Dr. Antonio José Dantas Ribeiro.  
Impetrado: Inspetor da Receita Federal.  
DESPACHO: I - Recebo a Apelação interposta pelo Ministério Público (art. 499, CAPM, parte final, do CPC). II - Vista à impetrante-Apelada para oferecer contrarrazões, querendo, no prazo legal. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

**SENTENÇA PROFERIDA:**

N.º 32028: MANDADO DE SEGURANÇA  
Impete: RAIMUNDO MONATO DO ESPÍRITO SANTO BBA  
SIL

Adv.: Dra. Darcy Ramos Dias.  
Impetdo.: DELEGADO DO TRABALHO MARÍTIMO DO PARA  
E AMAPA  
SENTENÇA: EX POSITIS, denego o mandamus. Custas ex lege. P.R.T. Belém, 02/07/87. a) Dr. Aristides Medeiros - Juiz Federal da 2ª Vara.

JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA  
DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal.  
WALDIR BORGES CORRÊA - Diretor de Secretaria.

EXPEDIENTE DO DIA 02.07.1987

TELEX:  
N.º: 1150/CJF  
Do: Ministro Gueiros Leite - Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Assunto: comunica que o Dr. Daniel Paes Ribeiro assumirá titularidade da 2ª Vara, no período de 06/07 a 04/08/87 e da 1ª Vara e Diretoria do Foro, período de 01 a 30/07/87.

DESPACHO: Ao Sr. Diretor da Secretaria Administrativa, para os fins devidos. Belém, 02.07.88. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

PETIÇÕES:  
De: JUSCELINO FARIAS ALECRIM DE ANDRADE  
Adv.: Dra. Francisca Moura de Azevedo  
Assunto: presta esclarecimentos e requer providências nos autos do Proc. n.º 32.511. N.º A. Colha-se a manifestação do Ministério Público. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

DESPACHO: De: PAULO TERRENCE HISSOON e OUTRA.  
Adv.: Dr. Olavo da Silva Quadros Junior  
Assunto: apresenta rol de testemunhas nos autos do Proc. n.º 32.371.  
DESPACHO: Junte-se aos autos. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

DESPACHO: De: JOÃO BENTO DA SILVA  
Adv.: Dr. Raimundo Pereira Cavalcante.  
Assunto: requer providências nos autos do processo n.º 32.366.  
DESPACHO: N.º A. Conclusos. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

PROCESSOS:  
N.º 31.778 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: S U N A B  
Adv.: Dr. Aláudio Costa Ferreira.  
Executada: PREGO BAIXO LTDA (SUPERMERCADO PREGO BAIXO).  
DESPACHO: Expeça-se Mandado de Citação. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.ºs. 32.231  
32.234/32.252 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: C R E C I  
Adv.: Dr. Ronaldo Koury Maues  
Executados: JOSÉ MARIA MARQUES LTDA., EDIMILSON BENEDITO ALVES DE ARAÚJO e MARIA ÂNGELA GATTI, respectivamente.  
DESPACHOS: Expeça-se Mandado de Citação. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 32.292 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: I N C R A  
Adv.: Dra. Albanisa C.A. Pereira e Outros.  
Executado: LAURO AUGUSTO COELHO  
DESPACHO: Diga o Exeqüente. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.222 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: I A P A S  
Adv.: Dr. Joaquim Moreira Rocha  
Executado: ALBERTO ALVES DE SOUZA  
DESPACHO: idêntico ao anterior.

N.ºs. 31.396  
e 31.390 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: I A P A S  
Adv.: Dr. Wilson Cardoso de Souza  
Executados: BETEL CONFECÇÕES IND E COM LTDA., CIA PARAENSE DE MINÉRIOS LTDA, respectivamente.  
DESPACHOS: 1. Faça-se a alienação do bem penhorado, em leilão público, a realizar-se no átrio do Fórum, em dia e hora designados pelo Sr. Diretor de Secretaria, observadas as formalidades legais. 2. Indique o Exeqüente leiloeiro de sua escolha. 3. Publique-se o Edital respectivo, com o prazo de 15 dias. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.520 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: I A P A S  
Adv.: Dra. Elizabeth Lopes Figueiredo  
Executada: SERGIO SOARES PROJETOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.  
DESPACHO: Cite-se. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.519 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: I A P A S  
Adv.: Dra. Elizabeth L. Figueiredo  
Executada: SERGIO SOARES PROJETOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.  
DESPACHO: Arquive-se. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.486 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: I A P A S  
Adv.: Dra. Elizabeth L. Figueiredo  
Executada: AGROPECUÁRIA PRIMAVERA LTDA.  
DESPACHO: Expeça-se Mandado de Citação. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.819 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: FAZENDA NACIONAL  
Adv.: Dr. José Augusto Torres Potiguar  
Executado: KENETH MELVIN HALL  
DESPACHO: idêntico ao anterior.

N.º 31.820 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: FAZENDA NACIONAL  
Adv.: Dr. José Augusto Torres Potiguar  
Executada: DIOMAR LUIZ DA SILVA  
DESPACHO: Cite-se, como requerido a fls. 8-v. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.821 EXECUÇÃO FISCAL  
Exeqüente: FAZENDA NACIONAL  
Adv.: Dr. José Augusto Torres Potiguar  
Executado: JERRY LEIGH JOHNSON  
DESPACHO: Cite-se, como requerido a fls. 13-v. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 32.178 EXECUÇÃO  
Exeqüente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Adv.: Dr. Ruy Martini Santos  
Executado: PEDRO DA COSTA RAPOSO  
DESPACHO: Diga a Exeqüente. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.480 EXECUÇÃO  
Exeqüente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Adv.: Dra. Maria Cecília H. Rodrigues  
Executados: GONÇALO PALMA MONTEIRO DE SOUZA e sua mulher.  
DESPACHO: Vista ao Executado. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

N.º 31.436 PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL  
IP n.º: 168/86-SR/DPF/PA.  
DESPACHO: Cite-se o Ministério Público. Belém, 02.07.87. a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

BOLETIM N.º 121/87

**JUIZ FEDERAL DA PRIMEIRA VARA**

Dr. DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal da 3ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara  
Dr. JOSÉ AGUIAR BARROSO - Diretor da Secretaria Administrativa e da 1ª Vara

EXPEDIENTE DO DIA 03.07.87.

OFÍCIO  
N.º 20/87  
Assunto: Dr. Enivaldo da Gama Ferreira - Juiz de Direito da 2ª Vara em Campanema/PA

Vem solicitar a devolução da Carta Precatória, expedida nos autos da Execução (Ação Executiva) em que é requerido OSMAR PEREIRA SI-MÃO em face o mesmo já haver efetuado o pagamento de seu débito junto ao IAPAS.

DESPACHO: A Secretaria, para providenciar. Belém, 03.07.87. (a) Dr. Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

N.º 1592/87  
Assunto: Bel. Samira de Oliveira Bueres - Delegada de Polícia Federal  
Vem solicitar seja informada àque-la Presidência, quanto a decisão judicial pertinente ao "Habeas Corpus" impetrado pelo Advogado CLAUDOMIRO LORATO DE MIRANDA, em favor de seu constituinte, Dr. ALDEMAR LORATO DA SILVA. IPL n.º 053/85 - SR/DPF/PA.

DESPACHO: Informado pela Secretaria, respondendo-se à solicitação. Belém, 03.07.87. (a) Dr. Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

N.º 1594/87  
Assunto: Vem encaminhar o IPL n.º 166/86 - SR/DPF/PA, no qual não consta nenhum indiciado. (Assunto)  
Raimundo Batista de Moraes Lima - Delegado de Polícia Federal



**DESPACHO** : N. A. Ao Dr. Procurador da Rep. pública, para os devidos fins. Belém, PA, em 03.07.87. (a) Daniel P. Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

**PETIÇÕES**

Petição de Francisco Nunes Salgado

**Assunto** : Vem dizer que está ciente do despacho de fls. 22 do Agravado, nele não tem transcrições a requerer nem documentos a fazer juntada, processo nº 27.991, reclamação trabalhista.

**DESPACHO** : Junta-se aos autos. Belém, 03.07.87. (a) Daniel P. Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

Petição do INCRA

**Adv.** : Dr. Albanisa Campos Aflalo Pereira

**Assunto** : Vem dizer que aceita o bem oferecido à penhora para garantia do débito, processo nº 32.026.

**DESPACHO** : N. A. Conclusos. Belém, 03.07.87. (a) Daniel P. Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara, no exerc. cum. da 1ª Vara.

Petição da CEF

**Adv.** : Dr. Ruy Martini Santos

**Assunto** : Vem apresentar sua IMPUGNAÇÃO à Ação de Execução de Incompetência. Proc. nº 32.004.

**DESPACHO** : Idêntico ao anterior.

Petição do IAPAS

**Adv.** : Dr. Vera Lúcia Lima dos Santos - Procuradora do IAPAS

**Assunto** : Vem requerer seja determinada a substituição da Certidão de Dívida Inscrição (CDI), e respectivo Demonstrativo de Dívida Inscrição (DDI), apensos aos referidos autos (Proc. nº 20.054), pelos formulários correlatos que acompanham a presente, assim como o prosseguimento da execução considerando que a executada comprovou, administrativamente, haver pago parte da dívida antes do ajuizamento.

**DESPACHO** : Idêntico ao anterior.

Petição do IAPAS

**Adv.** : Dr. Vera Lúcia Lima dos Santos

**Assunto** : Vem dizer que nada tem a opor quanto ao referido pagamento, podendo, inclusive ser encerrado o processo, 18.188 - Execução.

**DESPACHO** : Idêntico ao anterior.

Petição do IAPAS

**Adv.** : Dr. Joaquim Moreira Rocha

**Assunto** : Vem comunicar para os devidos fins de direito que, o executado OSMAR PEREIRA SIMÃO efetuou o pagamento do débito exequendo e, ob jeto da Carta Precatória Executória originária da Comarca de Capangema-PA, dirigida a V. Ex., conforme demonstra a cópia-xerox da petição anexa.

JUIZO FEDERAL DA 3ª VARA

DANIEL PAES RIBEIRO - Juiz Federal.  
WALDIR BORGES CORRÊA - Diretor de Secretaria.

EXPEDIENTE DO DIA 03.07.1987.

**PETIÇÕES:**

**De:** GIL PUBLICIDADE LTDA.

**Adv.:** Dr. Francisco Pompeu Brasil Filho.

**Assunto:** Oferece bens à penhora nos autos do Processo nº 31.204.

**DESPACHO:** N. A. Conclusos. Belém, 03.07.87. (a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

**De:** BANCO CENTRAL DO BRASIL

**Adv.:** Dr. Décio Nunes Teixeira

**Assuntos:** vem interpor Recurso Ordinário nos autos de Reclamação Trabalhista contra si intentada por Tereza Delta dos Santos Serrão de Castro e Outros, referentes processos nºs. 31.754, 31.755, 31.756 e 31.829, respectivamente.

**DESPACHOS:** N. A. Recebo o recurso no seu efeito regular. Notifique-se a recorrida para apresentar suas razões, no prazo legal. Belém, 03.07.87. (a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

**PROCESSO:**

Nº 32.289 AÇÃO ORDINÁRIA

**Autora:** ASTONQUEST LIMITED.

**Adv.:** Dr. Acy Marcos dos Santos.

**Reu:** UNIAO FEDERAL (Adv. Dr. José Augusto

Torres Potiguar) e PESQUEROS CANTIER TERRANOVA C.A. (PESQUANOVA).

**DESPACHO:** 1. Desentranhe-se a Contestação de fls. 14/15, que se refere à Ação de Sequelatro (Proc. nº 31.694), reenumerando-se as folhas. 2. Cite-se a segunda ré, como requerido a fls. 17. Belém, 03.07.87. (a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

**SENTENÇAS:**

Nº 32.402 MANDADO DE SEGURANÇA

**Impetrante:** ROBERTAL MARIO RODRIGUES DE LIMA.

**Adv.:** Dr. José da Rocha Moreira

**Impetrado:** Delegada Regional do Trabalho no Estado do Pará e T.P. do Amapá.

**SENTENÇA:** Vistos, etc. ....

Por todo o exposto, não encontrando no ato da Delegada Regional do Trabalho a ilegalidade apontada, pelo que denego a segurança. Custas, ex lege. P.R.I. Belém, 03.07.87. (a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara.

Nº 31.322-A EMBARGOS À EXECUÇÃO

**Embargante:** INDÚSTRIA DE PESCA DO CEARÁ S/A IPECRA

**Adv.:** Dr. Haroldo Alves dos Santos.

**Embargada:** FAZENDA NACIONAL

**Adv.:** Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho

**SENTENÇA:** Vistos, etc. ....

Como se viu, o único fundamento dos embargos é a alegação de que houve excesso de penhora. Isto, entretanto, não se verifica, no caso. A Execução, proposta em novembro de 1986, traz em sua inicial o valor do débito de ..... R\$126.403,06 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e três cruzados e seis centavos). Para garantia da execução foi penhorado um batedor de estacas, usado, que foi avaliado em R\$135.600,00 (cento e trinta e cinco mil e seiscentos cruzados). É fácil de ver que a embargante não tem razão. Por isto, rejeito os embargos. P.R.I. Belém, 03.07.87. (a) Daniel Paes Ribeiro - Juiz Federal da 3ª Vara. (G.Reg. nº 18757)

## RESENHA DA JUSTIÇA ESTADUAL

RESENHA DO CARTÓRIO SARMENTO - 14ª OFÍCIO CÍVEL / DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E AUTARQUIAS DESTA COMARCA DE BELÉM. Juíza: Doutora ANA TERESA SERENI MURRIETA, respondendo pelo Juízo de Direito da 14ª Vara ESCRIVÃO: ANTONIO CARLOS G. SARMENTO

**CARTÓRIO SARMENTO**

14ª Vara Cível. EXECUÇÃO. Credora: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. Devedora: EMBRACON - EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES LTDA. Despacho: "Refaça-se a conta." (16.7.87) Advogado: Dr. Hipólito Garcia

14ª Vara Cível. MANDADO DE SEGURANÇA. Impetrante: JOHLEDA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Impetrado: PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARÁ. Despacho: "Aguarde-se a titular." (16.7.87) Advogados: Drs. Francisco Nunes Salgado, Flavio de C. Maroja.

14ª Vara Cível. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. Autora: FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ. Ré: ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARREGADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO. Despacho: "Ao M. P." (16.7.87) Advogados: Uba. José Acreano Brasil, Haroldo Souza Silva.

14ª Vara Cível. EXECUÇÃO. Credora: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. Devedores: UNIVERSAL COM. IND. // EXP. LTDA. e Outros. Despacho: "Para a realização do leilão, designo o dia 13 de agosto cindouro, às 11,00 horas. Expeça-se edital e intima-se." (15.7.87) Advogado: Dr. Ubirajara Ferreira e Silva.

14ª Vara Cível. ANULAÇÃO DE ESCRITURA PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE ENFITEUSE OU AFORAMENTO, CUMULADA COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE. Autor: DAILSON MARINHO NOGUEIRA. Ré: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM e Outros. Despacho: "Em virtude do vício jurídico, determino que o processo aguarde em Cartório a titular." (16.7.87) Advogados: Drs. Sinésio Paulo Borges Cunha, Jorge Pimentel Ferreira, Huascar Joao de Lemos Angelim Junior.

Belém, 16 de julho de 1987

MARIA DA LUZ SARMENTO  
Escrivente Juiz

Resenha do dia 16.07.87.

Juiz de Direito da 1ª Vara do Cível e Comércio, Ofícios, Ausentes e Interditos da Comarca de Belém/PA. - Juiz: Dra. Therezinha Martins Fonseca ESCRIVÃO: Moacyr Santiago

x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

Proc. nº 1.777/83-A - Embargos de Terceiro

Embga.: - Silvano Bonfim Costa

Embga.: - Modulos Decorações e Representações Ltda.

Adv.: - Dr. Orlando de Melo e Silva e Rosomiro Arrais

Sentença: - Vistos, etc. ... Juízo improcedente os em

bargos de terceiros para em consequência, determinar o prosseguimento na execução, ficando des a forma válida e subsistente a penhora efetuada as fls. do processo de execução, condenando o em bargante ao pagamento das custas processuais e honorários do patrono da embargada que arbitro em 20% da causa devidamente corrigidos. P.R.I. Belém, 22 de junho de 1987. (a) Lucia C. Seguin Dias Cruz

Proc. nº 4.353/87 - Consignação em Pagamento  
A: - Publicidade São Braz  
R: - Sociedade Civil "Lar de Maria"  
Adv.: - Dr. Marco Antonio Alcântara  
Despacho: - Diga o A. sobre a Contestação.

Proc. nº 4.353/87-A - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA  
Impga.: - "Lar de Maria" - Sociedade Civil  
Impga.: - Publicidade São Braz  
Adv.: - Dr. Benjamin Lisboa Rayol  
Despacho: - Diga o A.

Proc. nº 4.474/87 - Consignação em Pagamento  
A: - João de Vale Alves  
R: - Júlio da Silva Mauss  
Adv.: - Dra. Catarina das Graças M. Gomes  
Despacho: - A. Conclusos.

Proc. nº 4.496/87 - Consignação em Pagamento  
A: - Hilda Amélia Pereira S.  
R: - Rafael Luis Gomes do Nascimento  
Adv.: - Dr. Adonai Matias Mota  
Despacho: - A. Conclusos.

Proc. nº 4.479/87 - Alvará Judicial  
Reqta.: - Geomar Coutinho de Oliveira  
Adv.: - Dr. Carlos Alberto F. Arruda  
Despacho: - A. Conclusos.

Proc. nº 4.483/87 - Alvará Judicial  
Reqta.: - Maria Leonor Lisboa Casseb  
Adv.: - Dr. Paulo Cesar de Oliveira  
Despacho: - Prove a requerente se não tem bens a inventariar.

Proc. nº 4.108/87 - Arrolamento dos bens deixados por falecimento de Emelscipio Louchard Botelho e Carmina de Souza Botelho.  
Inventariante: - Iza Botelho Soares  
Adv.: - Dr. Leonan Gondim da Cruz  
Despacho: - As declarações finais, após o cálculo.

Proc. nº 4.484/87 - Arrolamento e Partilha do bem deixado por falecimento de Ernesto Imballoni.  
Reqta.: - Maria Dalsa Imballoni e outros.  
Adv.: - Dr. Dr. José Euclides Aquino da Silva  
Despacho: - A. Conclusos.

Proc. nº 4.372/87 - Protesto Cambial  
Reqta.: - Finasa - Crédito, Financiamento e Invest. S/A  
Reqdos.: - Fernando Americo Medeiros e outros.  
Adv.: - Dr. Carlos Ferro  
Despacho: - Expeça-se a Precatória.

Proc. nº 4.482/87 - Interdição  
Reqta.: - Maria de Lourdes Reis Melo  
Reqda.: - Tereza Cristina Alves Reis  
Adv.: - Dra. Jeanete Prado  
Despacho: - A. Conclusos.

Proc. nº 4.473/87 - Perícia de Imóvel  
Reqta.: - Iranside Pereira Martins  
Adv.: - Dra. Ana Maria Crispino Gomes  
Despacho: - A. Conclusos.

Proc. nº 4.471/87 - Medida Cautelar de Arresto  
A: - Oliveira Mousis e Papelaria Ltda.  
R: - Emb - Empreendimentos e Obras Ltda.  
Adv.: - Dra. Mary Machado Scalercio  
Despacho: - A. Conclusos.

Belém, 16 de julho de 1987.

O ESCRIVÃO

Moacyr Santiago

RESENHA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E COMÉRCIO DESTA COMARCA DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC. JUÍZA: Doutora THEREZINHA MARTINS DA FONSECA, Juíza Substituta, no exercício do cargo de Juíza de Direito. ESCRIVÃO: ODON GOMES DA SILVA

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credor: LUIZ CARLOS REIS ALMEIDA E SOUZA. Devedor: ANTONIO DE ABREU LOBÃO. Despacho: "A. Junta os originais dos títulos". Em, 15.07.87. Dr. Claudomiro Lobato de Miranda.

2ª Vara Cível e Comércio. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. Autora: COMPANHIA DOCS DO PARÁ (CDP). Ré: ARIPUANÁ MADEIRAS LTDA. e outras. Despacho: "A. em apenso. Diga a parte contrária". Em, 15.07.87. Dr. Jesus João da Silva Villaga.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credor: BANCO DO PROGRESSO S/A. Devedores: ANA MARIA ARAGÃO DOS SANTOS e ELIAS GOMES PEREIRA. Despacho: "A. Cite-se". Em, 15.07.87. Dra. Maria Madalena Garcia Quites.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: TRANSBRASIL S/A. LINHAS AÉREAS. Réu: ANTERO MENDES RIBEIRO. Despacho: "A. Cite-se". Em, 15.07.87. Dr. LUIZ DA CRUZ LOUREIRO.

2ª Vara Cível e Comércio. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. Autor: LUIZ ALBERTO MONTEIRO DE BAR-



ROS. Réu: JOÃO BATISTA CERQUEIRA. Sentença: "Vistos, etc... Homólogo, por sentença, para que produza os seus legais efeitos o acórdão manifestado às folhas 22, destes autos e, em consequência decreto a extinção do processo, determinando seu arquivamento na forma da lei. Publique-se, Registre-se e Intime-se". Em, 16.07.87. Drs. Acasio Fernandes Brito Elleres e M<sup>a</sup> Julieta de C. Barma

2ª Vara Cível e Comércio. CURATELA. Paciente: RAIMUNDA MIRANDA BARBOSA DOS SANTOS. Requerente: MARIA DAS GRAÇAS SANTOS CALLAFA. Despacho: "Oficie-se ao Banco conforme o pedido". Em, 16.07.87. Dra. Ambrosina Maia Sampaio

2ª Vara Cível e Comércio. INVENTÁRIO. Inventariado: LUIZ PRATERA. Inventariante: ENID LOBATO PRATERA. Despacho: "Defiro o pedido. Faça-se a retificação". Em, 16.07.87. Dr. Cecil Augusto Bastos Meira.

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. Autores: ARIPIUÁ MADEIRAS LTDA. e outros, Ré: COMPANHIA DE DOCA DO PARÁ (CDP) e a CODEM. Despacho: "Diga a A. sobre o petitório". Em, 15.07.87. Dr. Carlos Platilha, Jesus João da Silva Villaga e Maria Tomázia Santos Duarte

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO EXECUTIVA HIPOTECÁRIA. Credora: VIVENDA - ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO. Devedor: WILSON BATISTA DA ROSA. Despacho: "A Conta". Em, 16.07.87. Dra. Antonete Machado.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: POSTO INVENCIÁVEL LTDA. Devedora: J. LIMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. Despacho: "A avaliação". Em, 16.07.87. Dr. Manoel A. Lombard Paiva, Belém, 16 de julho de 1987. O Escrivão

ODON GOMES DA SILVA

EXPEDIENTE DO DIA 16 DE JULHO DE 1987 - 5ª FEIRA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ  
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO-CÍVEL, COMÉRCIO E FAMÍLIA  
FORUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 3º ANDAR - SALA 306  
BELEM - PARÁ  
ESCRIVÃO: FERNANDO CAMARA LEÃO

#### EXPEDIENTE REMETIDO AOS JUIZES

4ª VARA  
Proc. n.ºs: 57/86; 221/87; 239/87; 274/87; 416/87; 422/87; 453/87; 459/87; 506/87; 525/87.

#### EXPEDIENTE RECEBIDO NOS JUIZES

4ª VARA  
Proc. n.º 453/87-248798 - EXECUÇÃO  
Ex: Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A  
Adv: Thales E. R. Pereira  
Ex: Instal-Instalações Elétricas Ltda e Outros  
DESP: Aguarde-se a titular

Proc. n.º 416/87-244102 - EXECUÇÃO  
Ex: Casa do Eletricista Ltda  
Adv: Elias Chamma  
Ex: Hidrosolve Comercio e Serviços Ltda  
DESP: Cite-se.

Proc. n.º 57/86-A - EMBARGOS À EXECUÇÃO  
Emb: COA-Constuições Cíveis da Amazonia  
Adv: Ivande Trindade  
Emb: Banco da Amazonia S/A  
Adv: Antonio Carlos T. de Oliveira  
DESP: Aguarde-se a titular

Proc. n.º 274/87-222124 - EXECUÇÃO  
Ex: Belmodulo-Belém Modulados Ind. e Com. Ltda  
Adv: Ione Arrais  
Ex: Sergio Cabega Braz  
Adv: Ronaldo Valle  
DESP: Ao contador

Proc. n.º 221/87-183195 - CONSIG. EM PAGAMENTO  
Aut: Gerlio Bernal da Costa  
Adv: Raimundo R. Fagundes Lopes  
Reu: Antonio Lopes dos Santos  
Adv: Marco Antonio G. Alcantara  
DESP: Aguarde-se a titular

Proc. n.º 422/87-244573 - EXECUÇÃO  
Ex: Importadora de Ferragens S/A  
Adv: Deise Tavares Magalhães  
Ex: Paraplast Ind. e Com. de Plásticos Ltda  
Adv: Elideia Santos de O. Sotão  
DESP: A conta

Proc. n.º 239/87-185448 - CONSIG. EM PAGAMENTO  
Aut: João José Figueiredo de Souza  
Adv: Paulo Ernesto de Souza  
Ré: Cecília Oliveira de Araujo  
Adv: José Oivaldo O. Carão  
DESP: Diga o A. sobre a contestação.

Proc. n.º 459/87-249689 - POSSESSORIA  
Aut: Mauro Menezes Engenharia Ltda  
Adv: Reynaldo A. da Silveira  
Reu: Adalberto Kovacs Nogueira  
DESP: Aguarde-se a titular.

Proc. n.º 506/87-250562 - CONV. SEP. JUD. EM DIVÓRCIO  
Aut: Maria Ivanilda Pereira Branches  
Adv: Virgílio J. da Costa  
Reu: Leonardo Loureiro de Andrade Figueira  
DESP: Tome-se por termo as declarações

Proc. n.º 525/87-252857 - DESPEJO  
Aut: Eliza Reis Batista  
Adv: Florycy de J. P. Dantas  
Ré: Ralaina Araujo de Andrade

DESP: Cite-se.

Proc. n.º 518/87-251636 - CONSIG. EM PAGAMENTO  
Aut: Armando Lopes Barreto  
Adv: Alberto F. Akel  
Reu: Manoel Dias Lopes  
DESP: Designo o dia 12 de agosto do corrente ano, às 11,00 hs. para a consignação. Cite-se o réu para receber no Cartório, por termo, pena de ser efetuado o depósito. Se comparecer e receber, os honorários advocatícios de 10% do débito e as custas de sua responsabilidade, deverão ser retidos no ato, descontando-se do montante do pagamento. Havendo prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, poderá o autor continuar a consignar, sem mais formalidades além do termo, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até 5 dias, contados da data do vencimento de cada uma. O prazo para contestar será de 10 dias, contados da data da consignação, validamente oferecida. Conste do Mandado que, não contestada a ação, presumir-se-ão aceitas como verdadeiras os fatos articulados na inicial (arts. 285 e 319 C.P.C.). Intime-se.

#### EXPEDIENTE DO CONTADOR E DISTRIBUIDOR

REMETIDOS  
Proc. n.º 298/87 - Despejo  
Francisco Barbosa da Souza  
Cosmo Martins de Souza

Proc. n.º 331/87 - Despejo  
Elisa Hechen Marques  
Arthur Paes Barreto de Paiva

Proc. n.º 128/87 - Despejo  
Carlos José Esteves Gondim  
José Ribamar Seguin Gomes

RECEBIDO  
Proc. n.º 316/82 - Divórcio  
João Roldão de Oliveira  
Januária Julieta Silva de Oliveira

Proc. n.º 137/86 - Despejo  
Marinaldo de Souza Cardoso  
Lucila Lopes da Silva.

#### PETIÇÃO INICIAL

Proc. n.º 539/87-254994 - Alimentos  
Alzira Prestes da Silva  
Ruy Marangon

Proc. n.º 540/87-255124 - Sumaríssima  
Expansão Comercial Ltda  
Sortil Ltda

Proc. n.º 541/87-255199 - Divórcio  
José Luiz Sanchez Cruz  
Maria Conceição Aparecida Monaco Sanchez

Proc. n.º 542/87-255280 - Busca e Apreensão  
BMC-Cia. de Cred. Finan. Invest.  
Imanorte-Industrial Madeireira do Norte Ltda.

Proc. n.º 543/87 - 255645 - Sup. Judicial  
Maria Mercedes Arcanjo e Silva

#### M A N D A D O S

RECOLHIDO  
Proc. n.º 317/87 - Execução  
Banco Bandeirantes S/A  
Danave Dario Pantoja Comercio e Navegação Ltd  
OBS: Mandado de avaliação.

REQUERIMENTOS E OFÍCIOS  
Maria José Sá Ribeiro, por seu advogado, manifestando-se sobre a contestação apresentada na ação de Despejo movida contra Ilka da Silva Ferreira. Terezinha Dias Trindade, por seu advogado, requerendo a execução da sentença na ação de Despejo movida contra Ronaldo Cardoso Paes.

Banco Nacional S/A, por seu advogado, requerendo juntada de recibo de custas do Distribuidor na Carta Precatória oriunda de Manaus-Am, para avaliar bens de Rubertex do Amazonas S/A e Outros. Laurindo dos Santos Banha, por seu advogado, requerendo o levantamento da quantia depositada na ação de Consignação em Pagamento que lhe move Paulo Cesar Pinto Torres.

Agrobanco-Banco Comercial S/A, por seu advogado, expondo e requerendo seja oficiado ao Juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, para abandonar e colocar a disposição do Juízo a quantia Ozil65.895,05, na ação de execução que o mesmo Banco move contra COMTAXI. Belém, 16 de Julho de 1987.

ESCRIVÃO

CARTÓRIO RUY BARATA-6º OFÍCIO  
RESENHA DO DIA 16 DE JULHO DE 1987

Juízo da 6ª. VARA - EXECUÇÃO  
Requerente: BANCO EMERINJUS S/A-Adv. Haroldo Souza Silva  
Requerido: RAIMUNDO DUNVALINO REIS-Adv. Manoel José Monteiro Siqueira

Despacho: Vista nos autos no prazo de 5 dias  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: TRANSPORTES PESADOS GUIRAMA-Adv. Milton de Souza Corrêa Filho  
Requerido: CONSEEL - CONSEL ELETROLA-Adv. Elias Pinto de Almeida

Despacho: Diga o exequente sobre o bem oferecido e penhora  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: ADUDES ERIVO S/A-Adv. Bernardo Nunes de Moraes  
Requerido: FRANCISCO SOUZA NOGUEIRA-Adv. Rui Vilar

Despacho: Proceda-se a penhora no bem indicado  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: KAMAMURA COM. E REP-Adv. Benedito David  
Requerido: ADELAR DE CONSTRUÇÃO

Despacho: Cite-se

\*\*\*\*\*  
EXECUÇÃO  
Requerente: AGROBANCO-Adv. Francisco B. Monteiro  
Requerido: YONILDO ROGERIO e outros  
Despacho: Diga o exequente sobre as informações  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: ANALLIA TEREZINHA DE M. SALGADO-Adv. Maria Madalena Garcia Quites  
Requerido: CARLOS CORREA GALAN-Adv. Jaci Colares  
Despacho: Proceda-se a penhora no bem indicado  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: A.M. REPRESENTAÇÕES-Adv. Luiz Paulo Zogbi  
Requerido: LABYRINTO COM. E REP-Adv. José Acreano Brasil  
Despacho: A conta  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: JOSÉ TEIXEIRA FILHO-Adv. Francisco Pompeu Brasil  
Requerido: ALICE COSTA DO NASCIMENTO-Adv. Raimundo Haroldo Bessa  
Despacho: Proceda-se a penhora no bem indicado  
\*\*\*\*\*

Juízo da 6ª. VARA - EXECUÇÃO  
Requerente: BANFORT S/A-Adv. Carlos Ferro  
Requerido: HILFEPAN IND. E COM-Adv. Antonio Carlos Fantoja  
Despacho: Devolva ao exequente o direito de nomeação.  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: BANCO SAFRA S/A-Adv. Paulo Rubens Sá  
Requerido: FOUSSADA GUANABARA-Adv. Marco A. Farias  
Despacho: Prosiga-se no feito  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: RAULAND HELENE SOM-Adv. José A. Brasil  
Requerido: RCOL REPRESENTAÇÕES  
Despacho: Diga o autor sobre o ofício de fls 25  
\*\*\*\*\*

Requerimento de IRNALDO BATA DA COSTA, por seu advogado, na Ação de DESPEJO que lhe move CHARLES DE ABREU MATTA, apresentando contestação-Adv. Elder Lisboa Ferreira da Costa  
OBS: Recebido em 16/07/87  
\*\*\*\*\*

Requerimento de EMPRESA ARAENSE DE HÓTEIS E TURISMO LTDA, por seu advogado, na Ação RENOVATÓRIA em que contende com CIPLANI HOTELARIA S/A, manifestando-se sobre a perícia-Adv. Ary Jansen Branco  
OBS: Recebido em 15/07/87  
\*\*\*\*\*

EXECUÇÃO  
Requerente: FABIANO CLOVIS COUTINHO JORGE-Adv. Manoel José Monteiro Siqueira  
Requerido: TEODORA BORGES RODRIGUES  
Despacho: Cite-se  
\*\*\*\*\*

MAIRIA LIZ BARATA  
-Escrivente\*

JUSTIÇA ESTADUAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
CARTÓRIO DA 8ª. VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO  
DRA. LIA ROSA GUIMARÃES AZEVEDO- JUIZA DE DIREITO  
ANA DA MATA LOBATO-ESCRIVÃ  
RESENHA DO DIA 16/07/87

#### 8ª. VARA - EXECUÇÃO

EXEQUENTE: Banco do Estado do Maranhão S/A  
ADV: Madalena Quites.  
EXECUTADO: J. E. Tavares de Barros.  
DESPACHO: Cite-se na forma da lei. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

#### 8ª. VARA - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

REQUERENTE: Fátima M. N. Santos.  
ADV: Domingos Emi.  
REQUERIDO: L. S. Empreendimentos.  
DESPACHO: Designo o dia 29 do corrente, às 10:30 horas, em Cartório, para que, o suplicado, venha ou mande receber a quantia consignada, sob pena de depósito. Cite-se. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

#### 8ª. VARA - INVENTÁRIO

INVENTARIANTE: Tercia Alice de Souza Batista e outros.  
ADV: Leonam Gondim da Cruz.  
INVENTARIADO: Cipriano Almeida Batista.  
DESPACHO: Nomeio inventariante a requerent



te, fazendo-se as primeiras declarações e seja paga à Fazenda Estadual. Intime-se, lavrando-se o termo de omissão. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - CAUTELAR**

REQUERENTE: Maria da Conceição Cotta.  
ADV: Orlando Fonseca.  
REQUERIDO: Lenyr B. N. Coutinho.  
DESPACHO: Aguarde-se a titular. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - SUMARISSIMA**

REQUERENTE: Paulo Sérgio Alves Pampolha.  
ADV: Laurênio Miranda da Rocha.  
REQUERIDO: Transporte Brasileiro Ltda.  
DESPACHO: Aguarde-se a titular. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - EXECUÇÃO**

REQUERENTE: Banco Bamerindus S/A - Financiadora, Crédito, e Investimento.  
ADV: Eliana Valderex A. Monteiro.  
EXECUTADA: Rose Mary Normando Martins.  
DESPACHO: Como requer em fls. 20, com as formalidades legais. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - EXECUÇÃO**

REQUERENTE: Banco Bandeirantes S/A.  
ADV: Paulo Rubens Xavier de Sá.  
EXECUTADO: José Ximenes de Lima.  
DESPACHO: Tendo os executados efetuado o pagamento da dívida, extingue-se o processo contra mesmo, que homologa a desistência, para que a mesma produza seus efeitos legais. Dê-se baixa na distribuição e arquivar-se. Publique-se e registre-se. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - EXECUÇÃO**

REQUERENTE: Ricardo Wilson Aguiar da Cruz.  
ADV: Sérgio Augusto Andrade Lima.  
EXECUTADO: EMA - Construtora e Incorporadora Ltda.  
DESPACHO: Cite-se na forma da lei. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**

REQUERENTE: Claudomiro Lobato de Miranda  
ADV: Em causa Própria.  
REQUERIDO: Presta Administração de Cartão e Crédito Ltda.  
DESPACHO: Designo o dia 29 do corrente, às 10:30 horas, em Cartório, para que o suplicado venha ou mande receber a quantia consignada, sob pena de depósito. Belém, 15/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - EXECUÇÃO**

REQUERENTE: Mairton Marques Carneiro.  
ADV: Em causa própria.  
EXECUTADO: Luiz de Souza Gonçalves Neto.  
DESPACHO: Cite-se na forma da lei. Belém, 16/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - BUSCA E APREENSÃO**

REQUERENTE: Artemis da Silva Rocha.  
ADV: Jorge Ferreira.  
REQUERIDO: João da Anunciação Gouvêia.  
DESPACHO: Apreenda-se, deposite-se e cite-se. Belém, 16/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - EXECUÇÃO**

REQUERENTE: Transbrasil S/A - Linhas Aéreas.  
ADV: Luiz Loureiro.  
EXECUTADO: José Pires Nurembergh.  
DESPACHO: Cite-se na forma da lei. Belém, 16/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - FALÊNCIA**

REQUERENTE: Banco Nacional S/A.  
ADV: Marcelo Meira Mattos.  
REQUERIDO: Norsul - Comércio e Representação Ltda.  
DESPACHO: Aguarde-se a titular. Belém, 16/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - NOTIFICAÇÃO**

REQUERENTE: Coimbra - Construtora e Incorporadora São Braz Ltda.  
ADV: Sérgio Lima.  
REQUERIDA: Ruth Helena Barata Moreira de Castro.  
DESPACHO: Notifique-se, com as formalidades legais. Belém, 16/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**8a. VARA - EXECUÇÃO**

REQUERENTE: Banco Industrial e Comercial S/A.  
ADV: Paulo Sá.  
EXECUTADO: Maracol - Madeiras Marajoaras Ltda e sua avalista.  
DESPACHO: Cite-se na forma da lei. Belém, 16/07/87. Dra. Lia Rosa Guimarães Azevedo.

**3a. VARA - NUNCIACÃO DE OBRA NOVA**

REQUERENTE: Francisco Cícero Amaral Filho.  
ADV: Fernando da Silva Gonçalves.  
REQUERIDO: Antonio Eliger de Souza  
ADV: Maria Suely Rodrigues de Paiva  
DESPACHO: (Designação da Escrivã). Certificação que a audiência do presente processo, será realizada no dia 08 de setembro do corrente ano, às 10:00 horas, único dia desimpedido. Belém 15/07/87.

CARTÓRIO DO NONO OFÍCIO  
RESENHA DO DIA 16.07.87  
NONA VARA

EXECUÇÃO:  
Autor: Carlos Alberto Saldanha da Silva  
Adv. Neomício Lobo Nobre  
Réu: Ademir Oliveira de Arruda  
Despacho: Cite-se na forma da lei. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
DESPACHO:  
Autor: Maria José Bastos Zoghbi. (Adv. João Z. Barata)  
Réu: Maria Josefa Pereira Macambira  
Despacho: Cite-se na forma requerida. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
CONSIGNAÇÃO:  
Autor: G. D. Modas Ltda (Adv. Carlos Ferro)  
Réu: Condomínio do Ed. Salvador Dali  
Despacho: Designo o dia 30 do corrente, às 10,00 h, em Cartório, para que, o suplicado recuse ou mande receber a quantia consignada, sob pena de depósito. Cite-se. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
EXECUÇÃO:  
Autor: Transbrasil S/A - Linhas aéreas (Adv. Luiz Loureiro)  
Réu: Francisco Roberto Balheiro da Silva  
Despacho: Cite-se na forma da lei. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
DESPACHO:  
Autor: João Netto Sabado (Adv. Ivan da Silva Coutinho)  
Réu: Joaquim Batista Freitas de Araújo  
Despacho: Cite-se na forma requerida. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
CAUTELAR:  
Autor: Condomínio do Edifício "Port Lligat"  
Adv. Tadeu de Jesus e Silva  
Réu: Egotel - Engenharia Civil, Elétrica e de Telecomunicação.  
Despacho: Aguarde-se o titular. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa Guimarães Azevedo.  
RESTIT. PATRIMÔNIO:  
Requerentes: João Paníccia Neto e Maria do Rosário Reis Coutinho Paníccia. (Adv. Carlos Alberto Ferreira de Arruda)  
Despacho: A redistribuição, por não ser este Juízo competente, ao Juizado de Menores. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
DESPACHO:  
Autor: Maria Augusta Veloso Gomes (Adv. Leocênio Gonçalves Gomes)  
Réu: Adélia Reis Batalha  
Despacho: Cite-se, na forma da lei. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa G. Azevedo.  
ALIMENTOS:  
Requerente: Feliciano Costa Guimarães (Adv. Aristóteles Outeiro)  
Requerido: Waldir Vieira Guimarães  
Despacho: Arbitro os alimentos pensionais em 40% em vencimentos brutos. Oficie-se a fonte pagadora e designo a audiência de conciliação e julgamento, para o dia 8 de agosto próximo às 11 horas, Cientifique o M. Público. Belém, 16.07.87. a) Lia Rosa Azevedo.

RESENHA DO CARTÓRIO FAMILIANO LOBATO - PRIVATIVO DA PROVEDORIA E RESÍDUOS  
Belém, 16 de Julho de 1987

AÇÃO:-Despejo p/falta de pgto-11a.Vara-nº 306/87  
Autor:Fernando Felipe de Castro(Adv.José / Otávio Teixeira da Fonseca).  
Réu:José Orlando Pinheiro da Silva(Adv.Henrique Melo).  
Despacho:Designo o dia 13 de agosto próximo, para a purgação da mora.Arbitro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa.

AÇÃO:-Despejo - 11a.Vara - nº 624/86.  
Autor:Fernando José Lassance Maya(Adv.Margareth Puga Cardoso).  
Réu:Moacir Guedes Malcher(Adv.Carlos Alberto Miranda Gomes).  
Despacho:Recebo a apelação em ambos os // efeitos.Fale o apelado.

AÇÃO:-Despejo - 11a.Vara - nº 267/87  
Autor:José Maia Russo(Adv.Moacyr Gonçalves Pamplona).  
Réu:Cândido Jair Gomes(Adv.Milton F.Cha- / gas).  
Despacho:Diga o autor sobre a contestação.

AÇÃO:-Despejo - 11a.Vara - nº 292/87  
Autora:Lilia Sampaio Lobato(Adv.José Paulo Queiroz)

Réu:Wellington Silva de Araújo(Adv.Alirio/ Franco Daguer).  
Despacho:Diga o autor sobre as fls.16.  
AÇÃO:-Despejo - 11a.Vara - nº 189/87  
Autora:Guajará Administradora de Consórcios s/c Ltda(Adv.Hildenir Helker de- // Aguiar Franco).  
Réu:Álvaro Antonio Mercês de Carvalho(Adv. Flávio de Carvalho Maroja).  
Despacho:Diga o autor sobre a contestação.  
AÇÃO:-Execução - 11a.Vara - nº 450/87  
Autor:José Borges Palheta(Adv.Antonio Sarmiento Guedes).  
Réu:Kleber Maia dos Santos.  
Despacho:Cite-se, na forma da lei.  
AÇÃO:-Despejo - 11a.Vara - nº 453/87  
Autor:Daniel Coelho de Souza(Adv.Reynaldo/ Vasconcelos Moreira de Castro Júnior).  
Ré:Duarte com-Duarte, Construções, Engenharia e Comércio Limitada.  
Despacho:Cite-se, na forma requerida.  
AÇÃO:-Despejo p/falta de pgto-11a.Vara-nº230/87  
Autora:Maria Sarah Moreira da Costa(Adv. / Jorge Luiz Borba Costa).  
Réu:Paulo Maurício Cunha dos Santos.  
Despacho:A conta.  
AÇÃO:-Carta precatória - 11a.Vara - nº 451/87  
Deprecante:Juízo de Direito da comarca de/ Paragominas(Domal Madeiras Ltda-Adv. // Adnan Demachki).  
Deprecado:Juízo de Direito da 11a.Vara Civil de Belém-Pa(Belém Diesel S/A).  
Despacho:Cumpra-se, com as formalidades legais.  
AÇÃO:-Despejo - 11a.Vara - nº 402/85  
Autor:Antonio Fonseca Sobrinho(Adv.Waldir/ Macieira da Costa).  
Ré:Maria da Penha e Silva(Adv.Edilson Baptista de Oliveira Dantas).  
Despacho:A conta.  
AÇÃO:-Despejo p/falta de pgto-11a.Vara-nº 452/87  
Autor:Raimundo Nonato de Oliveira Costa // (Adv.José Maria Vianna Oliveira).  
Réu:Edésio Lobato de Souza Júnior.  
Despacho:Cite-se, na forma requerida.

RESENHA DO 13º OFÍCIO

DO DIA 16.07.87

CARTÓRIO SAMPALLO

AÇÃO DE CONCORDATA PREVENTIVA:Requerente-CURBEL ' COMERCIO E INDUSTRIA S.A.(adv.Hamilton Gualberto) sentença de conclusão seguinte-DEFIRO o pedido de concordata preventiva a fim de que seja feito o pagamento das obrigações referidas na inicial,nos prazos nela consignados.P.R.I.,Belém,14.07.87.Ana Tereza Sereni Murrieta..x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO-Rosalba Maria Souza Fernandes(adv.Eliete Lopes) Despacho:Re. Autor-Belém,15.07.87.Ana Tereza Sereni Murrieta..x.x.

AÇÃO DE DESPEJO: Noredim Oliveira Renter Ribeiro(adv.Noredim Renter) Réu-Rosé George Melik(adv. Augusto Araújo)Despacho-Diga a autor.Belém, 15.07.87.Ana Tereza Sereni Murrieta..x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

ALBERTO FRANCO PIMENTEL BELEZA  
O ESCRIVÃO. (G.R.nº 18860)

**QUEM É MEU**  
NO PARÁ

A Imprensa Oficial do Estado, lançará, ainda este ano, o livro "QUEM É QUEM NO PARÁ", reunindo os nomes em maior evidência. Esta edição de luxo contribuirá para a memória social do Estado e, para isso, convites estão sendo distribuídos em nossa capital. Participe!

(Informações: fone 226-0556).